



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

15º PLANO BIENAL DE ATIVIDADES DO SECRETARIADO NACIONAL 2000-2001

APRESENTAÇÃO

O Plano Bienal é um instrumento de trabalho de todos os serviços pastorais diretamente ligados à Presidência, da Secretaria-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nele são apresentadas as atividades e projetos das Dimensões e Setores da CNBB, das assessorias específicas, assim como as reuniões ordinárias da Presidência, da Secretaria-Geral, do Conselho Permanente (CP), da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e da Comissão Episcopal de Doutrina (CED).

O 15º Plano Bienal, projetado para o período de 2000 e 2001, fundamenta-se nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o período de 1999-2002 e na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in America*. Com as atividades constantes do Plano, o Secretariado-Geral deseja contribuir, efetivamente, para a missão evangelizadora da Igreja e responder aos apelos que o Santo Padre fez neste começo de milênio.

As atividades desse Plano, pensadas e realizadas em espírito de comunhão e corresponsabilidade, visam, também, a ajudar os Regionais da CNBB na tarefa comum de evangelizar o povo de Deus em nosso País.

Sua elaboração percorreu caminhos semelhantes aos dos anteriores. A redação atual apresenta um primeiro capítulo, *Perspectivas para operacionalizar as DGAE no Quadriênio 2000/2003*, onde se recolhe o trabalho de reflexão, realizado pela Presidência, CEP e assessores e assessoras nacionais da CNBB. Nele foram colocados itens que merecem maior atenção pastoral durante esse período. Em anexo, – consta uma série de reflexões e perguntas sobre o *Projeto Rumo ao Novo Milênio* que poderão servir para empreendimentos futuros, podendo se encontrar, nele, inspiração e também as principais atividades a serem realizadas no Ano Jubilar.

Os “Programas Globais” exigem a participação de todos os Setores e Dimensões do Secretariado-Geral, para proporcionar maior eficácia às ações e propiciar o entrosamento das dimensões, setores, e de muitos outros organismos e instituições. Os programas são muitos, mas todos decorrentes dos apelos mais urgentes percebidos em nossa caminhada.

Além dos Projetos Específicos de cada Setor e Dimensão, constam, neste Plano, alguns “Projetos Conjuntos”, que reúnem vários setores e/ou dimensões, em forma de parceria, para a execução de um projeto comum, sob a coordenação de um deles.

Ao apresentar este 15º Plano Bienal, aprovado pela Presidência e CEP, faço votos para que todos assumam em conjunto a sua implantação, fortalecendo sempre mais a pastoral orgânica dos organismos ligados à CNBB, de modo especial do Secretariado-Nacional e dos Regionais da CNBB.

Que o trabalho conjunto, fecundado pela graça de Deus, produza muitos frutos para a Igreja no Brasil, a fim de que, fiel aos apelos do Senhor neste final de século, possa entrar renovada no Novo Milênio que se aproxima.

Brasília, 16 de dezembro de 1999
Dom Raymundo Damasceno Assis
Secretário-Geral da CNBB

I. PERSPECTIVAS PARA OPERACIONALIZAR AS DGAE NO QUADRIÊNIO 2000 - 2003

Em continuidade aos Planos Bienais anteriores, este 15º Plano Bienal (2000-2001) quer elencar as atividades dos organismos pastorais da CNBB, articulados sob a inspiração das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE).

O texto que segue deseja servir de parâmetro para todas as atividades da CNBB, ajudando-a a evitar possível departamentalização e/ou caminhada paralela das dimensões pastorais que a constituem. Servirá, ainda, como inspiração às assessorias na preparação das assembléias gerais, reuniões do Conselho Permanente, reuniões da Presidência e CEP, na produção dos dois Planos Bienais (2000/2001 e 2002/2003), no trabalho das dimensões, setores pastorais e organismos. Quer servir também para operacionalizar as DGAE, articulando as seis dimensões da pastoral com as quatro exigências intrínsecas da evangelização inculturada.

1. Conscientes de que a história da CNBB não começa agora, a CEP e assessoria pretendem dar continuidade à renovação desencadeada em nossa Igreja pelo Concílio Vaticano II, assumindo, com novo vigor, os caminhos da evangelização por ela trilhados, conforme está descrito no primeiro capítulo das DGAE. “Convém, enfim, ressaltar que os Planos e Diretrizes das últimas décadas visaram à eficácia pastoral, desenvolvendo nas Igrejas Particulares, e entre elas, a comunhão e a participação, a colegialidade e a corresponsabilidade”¹.

2. Para alcançar o objetivo acima exposto, assume-se também o conceito de evangelização inculturada, bem como suas exigências intrínsecas definidas no segundo capítulo das DGAE. “A evangelização nesses novos contextos exige, além da renovação das atuais estruturas pastorais e a criação de novas que correspondam às exigências de uma nova evangelização, novo ardor, novos métodos, novas expressões e, sobretudo, uma espiritualidade que torne a Igreja cada vez mais missionária”².

3. O contexto em que se dá o novo processo de evangelização foi delineado no terceiro capítulo das DGAE: “Novos desafios da realidade”. Sendo assim, toda a ação nesse quadriênio deverá levar em conta esse quadro, consciente de que “diante das mudanças profundas e rápidas que caracterizam a sociedade de hoje, o evangelizador não deve cair na incerteza ou no imediatismo, mas se esforçar para compreender os novos desafios”³. Esses desafios foram aglutinados em torno de cinco itens: 1. Mudanças sócio-econômicas recentes; 2. Causas das mudanças e perspectivas; 3. Mudanças culturais; 4. Crise ética e 5. Pluralismo religioso.

4. Em todas as atividades pastorais, e visando a alcançar uma eficaz articulação, a CNBB tentará aplicar os seguintes princípios: a) variedade-complementaridade de todas as forças vivas que promovem a comunhão orgânica na Igreja; b) autonomia, que garante a identidade de cada membro do corpo eclesial; c) subsidiariedade, que implica uma real descentralização da organização eclesial; d) participação responsável, que exige definição clara das competências⁴.

5. A CNBB fomentará, de maneira especial, incessante atitude de oração para que o Espírito Santo a assista em todas as suas atividades, mantendo-a sempre fiel à evangélica opção preferencial pelos pobres e ao princípio da colegialidade. Estas opções acompanham-na desde o início, e contribuem para impregná-la de uma mística que a ajude a sintetizar as coisas da razão e do coração, por meio de uma real e eficaz integração entre fé e vida e de uma escuta atenta dos sinais dos tempos. Dessa forma, também poderá proporcionar a todos uma autêntica experiência cristã, encontro com o Cristo vivo, por meio da Palavra, da Liturgia e do relacionamento humano, como sugere

a *Ecclesia in America*. Essa experiência torna-se imprescindível aos cristãos, sobretudo nestes tempos de emergência da subjetividade e de riscos constantes de fragmentação.

6. A CNBB continuará estruturando sua ação pastoral na perspectiva das seis linhas ou dimensões constitutivas da ação evangelizadora e inspirando-se nas quatro exigências intrínsecas da evangelização inculturada: serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão. Cada dimensão tentará rever suas atividades e programas à luz dessas exigências, assumidas como a mística que impregnará todo o trabalho evangelizador.

1. Dimensão Comunitária e Participativa

1.1. – Valorizar o que é comum a toda a Igreja: vocação à santidade, dignidade batismal e missão, especificando-se, depois, as diversas vocações, serviços e ministérios.

1.2. – Incentivar a criação de estruturas de comunhão e participação em todos os âmbitos, tais como assembléias e sínodos diocesanos, conselhos e outros.

1.3. – Incentivar a mística da comunhão e corresponsabilidade, da autoridade como serviço, evitando as atitudes de clericalismo, autoritarismo, sectarismo...

1.4. – Incentivar as comunidades (CEBs e pequenos grupos) para que aprimorem o estudo e a vivência da Palavra, celebrem de forma criativa e inculturada, cresçam na vivência do amor fraterno e da comunhão, assumam a vida e missão da Igreja.

1.5. – Adequar as estruturas da Igreja à nova realidade social e eclesial dos movimentos, grupos e associações.

1.6. – Articular em todos os âmbitos e campos as diversas iniciativas e agentes, isto é, efetivar a Pastoral de Conjunto, a organicidade da ação pastoral, tendo as DGAE como o eixo norteador, implementando e articulando todas as dimensões, integradas com as exigências da evangelização.

1.7. – Tornar realidade a metodologia do planejamento participativo, resgatando a dimensão pedagógica de toda a ação evangelizadora, favorecendo práticas eficazes de consulta e avaliação.

1.8. – Aprimorar a formação de bispos, presbíteros, diáconos permanentes, leigos/as e de agentes específicos para que participem, com mais eficácia, da missão global da Igreja.

1.9. – Buscar respostas criativas à questão ministerial na Igreja e organizar os ministérios de leigos, à luz do Documento 62 da CNBB.

1.10. – Valorizar, discernir, incentivar e articular as organizações de leigos e leigas comprometidos com a missão.

1.11. – Revisar a estrutura interna da CNBB e adequá-la ao serviço da evangelização, articulando os recursos humanos, materiais e financeiros e estudar em comum a vivência da corresponsabilidade entre Presidência, CEP e assessores.

1.12. – Favorecer uma maior sintonia dos quadros católicos leigos com a missão profética da Igreja, com as Diretrizes, com as opções e com as grandes propostas de evangelização.

1.13. – Estimular e valorizar as primeiras experiências decisivas de cidadania (fraternidade, solidariedade e sobriedade) e de vivência eclesial, a partir da família como núcleo fundamental da sociedade e de vivência religiosa.

1.14. – Intensificar as relações com a Santa Sé, o CELAM, e as Conferências Episcopais na América.

1.15. – Incentivar e implementar a pastoral urbana e rever, dentro dela, o lugar e a função da paróquia.

1.16. – Organizar a administração financeira, garantindo-lhe sempre transparência e eficácia, levando em conta os problemas de controle e fiscalização, filantropia e dependência do exterior.

1.17. – Intensificar a prática da solidariedade entre as Igrejas a fim de evitar o contraste entre as paróquias e dioceses “ricas” e as “pobres”, e visibilizar a comunhão e os serviços prestados pela Igreja na sociedade.

2. Dimensão Missionária

2.1. – Intensificar a missionariedade da Igreja no Brasil, na ótica da missão além de todas as fronteiras, “ad gentes”, abrindo-a às necessidades de toda a América e do mundo.

2.2. – Despertar a consciência de todos os batizados para a missão e valorizar a participação dos evangelizadores em ações, tais como as missões populares, onde os leigos exercem de maneira forte seu protagonismo.

2.3. – Revisar a maneira de proclamar o anúncio (as explicitações da fé), especialmente no uso dos recursos que a mídia oferece.

2.4. – Reconhecer que o diálogo e o anúncio não se excluem, pois ambos são constitutivos da única missão evangelizadora da Igreja.

2.5. – Esforçar-se para uma compreensão maior do fenômeno urbano e ampliar as iniciativas de anúncio da Boa Nova nas metrópoles.

2.6. – Incentivar as iniciativas missionárias junto aos adolescentes e crianças, sobretudo as realizadas pela Infância Missionária.

2.7. – Priorizar alguns campos da evangelização, como o de católicos não-praticantes, o da educação religiosa de jovens e adultos, e o de ambientes específicos, como MCS, Universidade, empresariado, formando agentes especializados para essa missão.

2.8. – Valorizar, na espiritualidade missionária, a comunhão e o intercâmbio entre as igrejas locais em nosso País e entre os Países/Continentes, explicitando a globalização da solidariedade e da fraternidade, como testemunho do Cristo vivo presente hoje no mundo.

3. Dimensão Bíblico-Catequética

3.1. – Impregnar todas as atividades pastorais do espírito da Palavra de Deus, fonte de toda ação evangelizadora.

3.2. – Estimular a busca de métodos novos no processo de educação da fé, adaptados às diferentes culturas, idades, situações humanas e ambientes rurais e urbanos.

3.3. – Articular e ampliar experiências de Pastoral Bíblica, valorizando e integrando os grupos que já se dedicam a ela.

3.4. – Prosseguir no esforço de elaboração de um Itinerário da Fé para orientar a catequese de adultos e jovens.

3.5. – Cultivar uma espiritualidade alicerçada no encontro com o Cristo vivo e empenhada na vivência da comunhão, da solidariedade e da missão inculturada.

3.6. – Incentivar a formação permanente dos catequistas por meio das escolas catequéticas diocesanas, dos regionais e de outras iniciativas.

4. Dimensão Litúrgica

4.1. – Contribuir para que a ação evangelizadora, em todas as suas iniciativas, esteja impregnada por uma atitude orante-celebrativa e pascal.

4.2. – Investir na formação litúrgica em todos os níveis, criando ou aprimorando as equipes de liturgia das comunidades.

4.3. – Alimentar e aprofundar a dimensão orante e celebrativa da fé, por meio da liturgia inculturada nas várias etnias e no meio urbano e pós-moderno.

4.4. – Desenvolver novas formas de expressões orante-celebrativas, que favoreçam as experiências do mistério celebrado, a interiorização da Palavra e a prática da solidariedade das comunidades cristãs.

4.5. – Ajudar os novos movimentos a vivenciar a beleza e a variedade do ciclo litúrgico, proposto pela Igreja, com toda sua espiritualidade.

4.6. – Colaborar para que a prática sacramental esteja profundamente integrada ao processo evangelizador.

4.7. – Abrir espaços de participação plena e consciente por meio da grande variedade de ministérios litúrgicos.

5. Dimensão do Ecumenismo e do Diálogo Inter-Religioso

5.1. – Fortalecer a dimensão da comunhão, do diálogo, da participação, da colegialidade e subsidiariedade em todas as dimensões e atividades da CNBB.

5.2. – Promover a formação dos fiéis católicos para a vivência do ecumenismo e do diálogo inter-religioso no contexto de pluralismo religioso do mundo contemporâneo.

5.3. – Incentivar a formação ecumênica dos bispos, presbíteros e agentes de pastoral para que ajudem o povo na caminhada do ecumenismo e do diálogo inter-religioso.

5.4. – Reconhecer e valorizar as experiências evangelizadoras de outras Igrejas.

5.5. – Implementar a realização da CF 2000 ecumênica, bem como preparar-se para os desdobramentos da mesma.

5.6. – Aprofundar o diálogo e relacionamento da Igreja com as culturas (populares, indígenas, afros, migrantes, nômades, moderna...) e com os diversos segmentos da sociedade, no espírito do Documento *Diálogo e Anúncio*.

5.7. – Realizar o pedido de perdão, especialmente aos povos indígenas e aos afro-descendentes, segundo o espírito do Grande Jubileu e traduzi-lo em compromissos concretos.

5.8. – Procurar entender melhor o subjetivismo na religiosidade; o paradoxo do "secularismo" frente ao "ressurgimento do sagrado"; o avanço dos novos grupos religiosos, sobretudo dos neopentecostais; o pluralismo de eclesiologias dentro da Igreja Católica e o pluralismo cultural e estrutural da sociedade.

- 5.9. – Valorizar as experiências ecumênicas libertadoras já existentes.
- 5.10. – Promover maior diálogo eclesial interno, evitando confrontos entre atitudes ecumênicas com as experiências pentecostais de cunho mais fundamentalista.
- 5.11. – Continuar estudando as diversas visões de Igreja, pois na raiz de muitos problemas na evangelização e na pastoral, no ecumenismo e no diálogo inter-religioso está a eclesiologia.

6. Dimensão Sócio-Transformadora

- 6.1. – Reafirmar a opção preferencial pelos pobres e excluídos, assumindo uma posição clara e evangélica diante da realidade sofrida do povo.
- 6.2. – Cultivar a esperança do povo por meio de propostas definidas e proféticas.
- 6.3. – Estudar as novas condições da realidade política e o lugar da Igreja nesse novo contexto, por meio de análises de conjuntura, estudo de temas afins e parcerias.
- 6.4. – Assumir a questão ecológica, inspirando-se na *Ecclesia in America*, principalmente em relação à preservação da Amazônia e da Mata Atlântica.
- 6.5. – Apoiar os povos indígenas, afro-descendentes, nômades e outros nas lutas por seus direitos.
- 6.6. – Favorecer o discernimento ético das políticas implementadas no País, em especial na área econômica, e dos efeitos da globalização, do neoliberalismo e da ação dos MCS.
- 6.7. – Intensificar o cultivo do exercício da cidadania, da fraternidade, da solidariedade, do diálogo e da justiça.
- 6.8. – Assumir posicionamento claro diante da crise da ética pública.
- 6.9. – Dar especial atenção às políticas sociais, em relação ao desemprego, às reformas Agrária, Tributária e Fiscal, à saúde e à educação, a ações de combate às conseqüências da seca.
- 6.10. – Estimular ações concretas que viabilizem o perdão da dívida externa, vinculando-o ao resgate das dívidas sociais.
- 6.11. – Promover uma pastoral dos construtores da sociedade pluralista, como pede *Puebla*, orientada pela Doutrina Social da Igreja, pelas DGAE e pela *Ecclesia in America*⁵.
- 6.12. – Estabelecer critérios para o relacionamento da CNBB com o Governo e outros poderes públicos, contando com assessorias especializadas.
- 6.13. – Avaliar a presença pública da Igreja, não somente perguntando a si mesma como ela se vê, mas principalmente como ela é vista, tanto pelos fiéis como pelos outros.
- 6.14. – Estabelecer políticas de comunicação para divulgar os valores cristãos em que acreditamos e transformar os nossos MCS em verdadeiros instrumentos a serviço da evangelização.
- 6.15. – Dar visibilidade às realidades que a sociedade insiste em esconder, tais como a dos portadores de deficiência e de outras violações dos direitos humanos.
- 6.16. – Assumir o processo das Semanas Sociais e do Grito dos Excluídos como parte do agir evangelizador de nossa Igreja, segundo orientações de cada Regional.

7. Indicações Práticas

- 7.1. – Assumir como tarefa de todos a implementação das DGAE.
- 7.2. – Publicar as DGAE em linguagem acessível ao povo das comunidades, favorecendo sua maior divulgação.
- 7.3. – Rever o organograma da CNBB, a fim de facilitar sua dinâmica interna.
- 7.4. – Retomar as decisões da 36ª Assembléia Geral no que diz respeito às DGAE e ao Projeto Rumo ao Novo Milênio (PRNM):
- 7.4.1. – Na Assembléia Geral de 2000, planejar – na perspectiva das DGAE e dando continuidade ao PRNM – as atividades pastorais dos anos 2001 e 2002.
- 7.4.2. – Na Assembléia Geral de 2003, elaborar novas Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora e Pastoral, para o período de 2003-2006, já na perspectiva do novo milênio que se inicia e procurando prolongar os frutos da celebração do Grande Jubileu e do Sínodo para a América.

II. PROGRAMAS GLOBAIS

O que são Programas Globais?

Entendemos por Programas Globais um conjunto de atividades do Secretariado Nacional, decorrentes das DGAE, que, por transcenderem os objetivos específicos de uma dimensão, de um setor ou de uma pastoral e incidirem em toda a ação evangelizadora, exigem a participação conjunta de todos os assessores e a colaboração de muitas outras pessoas e entidades.

Para o período de 2000 e 2001, foram escolhidos sete programas globais, visando a atender as maiores urgências evangelizadoras no âmbito da ação do Secretariado. São eles:

- 1) Implementação do Documento 61, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 1999-2002*;
- 2) Implementação do Documento 62, *Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas*, aprovado na última Assembléia Geral;
- 3) Campanhas da Fraternidade de 2000 e 2001;
- 4) Formação sistemática e permanente de lideranças;
- 5) V Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus;
- 6) Campanha para a Evangelização; e
- 7) Fortalecimento dos Regionais.

2.1. Implementação das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil

Mais importante que a produção de um documento é a sua recepção. Entendemos por recepção o processo de assimilação vital, por parte do organismo eclesial. Segundo a definição de Congar, é “o processo segundo o qual o corpo eclesial faz verdadeiramente sua uma determinação que ele não se tinha dado a si mesmo, reconhecendo na medida promulgada uma regra que convém à sua vida”. “Não se trata de uma simples obediência, e sim de um amém litúrgico e vital, por meio do qual a comunidade faz seu um dado eclesial, seja este a primeira ou uma nova evangelização, uma normatização concreta, a aceitação do cânon da Escritura, uma prática litúrgica, um concílio ou o testemunho de santidade de um irmão na fé”⁶. É esse tipo de recepção que determina o destino e a eficácia de uma ação eclesial.

Consciente disso, o episcopado nacional aprova as Diretrizes e as divulga pelo maior número de meios possíveis, e sempre cuidou de determinar quais as instâncias que as viabilizariam.

As Assembléias Gerais da CNBB, o Conselho Permanente, a Presidência, a Comissão Episcopal de Pastoral, a Secretaria-Geral e todas as dimensões e setores a ela ligados têm como horizonte, constantemente presente, as orientações evangelizadoras, assumidas unanimemente pela Assembléia Geral. É um exercício de comunhão e corresponsabilidade pastoral, que se expressa em todas as atividades e planejamentos das instâncias e organismos da Conferência.

As atividades previstas em cada dimensão constituem um projeto quando alguém se propõe a assumi-las e realizá-las, definindo responsabilidades, prazos, custos etc. Um grupo de projetos reunidos sob o mesmo critério constitui o que chamamos programa. O conjunto de dois, três, quatro ou mais programas constitui um plano⁷.

Os Planos Bienais, pensados à luz das DGAE, desde o princípio, quiseram significar o esforço conjunto dos organismos nacionais e, mais tarde, do Secretariado Nacional de Pastoral, de favorecer uma ação articulada de todas as dimensões ou linhas, evitando uma possível departamentalização. Porém, os planos bienais nunca quiseram ser um plano de pastoral para a Igreja no Brasil.

O eixo principal das Diretrizes está no conceito de evangelização que se pretende inculturada e integral. A evangelização inculturada com suas exigências intrínsecas – serviço, diálogo, testemunho da comunhão e anúncio –, oferece a grande oportunidade de uma práxis eclesial mais articulada e abrangente. É lógico que sempre se corre o risco de interpretar cada exigência de maneira autônoma e separada. Contudo, é bom deixar claro que essa visão conspira contra o objetivo maior de evangelizar. Como bem expressou o Documento do Secretariado para os não-cristãos, de 1984⁸, “serviço” já é evangelização, “diálogo” já é evangelização, como são evangelização o “anúncio” ou o testemunho da “comunhão”.

Aprovadas na 37ª Assembléia Geral da CNBB (abril de 1999), as atuais DGAE continuam as intuições e opções já assumidas pela Igreja no Brasil, tendo recebido algumas pequenas correções para adequá-las ao momento atual. Uma fonte importante dessas correções veio da Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America*, do Papa João Paulo II. As riquezas dessa exortação foram incorporadas e como que encarnadas em nossa caminhada evangelizadora e recolhidas nas atuais Diretrizes.

2.2. Implementação do Documento sobre Missão e Ministério dos Cristãos Leigos e Leigas

O Documento, estudado e aprovado pelos bispos na 37ª Assembléia Geral, tinha sido publicado sob o n.77 da coleção “Estudos da CNBB” (série verde) para propiciar uma ampla divulgação, com a participação e a colaboração de muitos cristãos e cristãs de todo o País. Após esse debate nacional, com a inclusão das mais diversas emendas recebidas, o episcopado nacional autorizou sua publicação também, sob o n.62, na coleção Documentos da CNBB (série azul).

As mudanças acontecidas na realidade atual, as realidades vividas pelos leigos e leigas e as novas exigências da ação evangelizadora estão a exigir uma revisão profunda e significativa nas estruturas eclesiais. Ao longo dos séculos, os ministérios foram se diversificando nas mãos dos ministros ordenados. Hoje, está difícil dizer quais as características da missão e dos ministérios dos cristãos leigos e leigas. Por isso, talvez, a mudança mais sentida no meio eclesial seja a definição da identidade laical, acarretando até mesmo a necessidade de uma verdadeira teologia do cristão leigo.

O Documento constitui, hoje, uma preciosidade eclesiológica. Nele se recolhem reflexões profundas sobre a “índole secular”, abordada em quatro sentidos⁹, sobre os campos de ação dos leigos e leigas e sobre a dimensão batismal da sua vida e missão evangelizadora. É isso que eles têm em comum com todos seus outros irmãos, os

ministros ordenados. As diferenças vêm depois, são queridas por Jesus, e se qualificam como serviço e não como poder autoritário.

A vivência dessas realidades deverá ser explicitada em todos os âmbitos das comunidades e expressa em formas concretas de participação e corresponsabilidade. Isso se traduz na criação ou aprimoramento dos organismos de participação: conselhos, assembleias, equipes mistas de evangelização, de missão e de estudo; partilha fraterna... enfim, na vivência do modelo de Igreja como mistério de comunhão, participação e missão.

Ao assumir a implementação desse Documento, o Secretariado Nacional quer ajudar a Igreja no Brasil a realizar e aprimorar a comunhão e a participação, aprofundando sua corresponsabilidade na missão comum.

2.3. Campanha da Fraternidade

Uma das mediações privilegiadas da evangelização no Brasil é a Campanha da Fraternidade, que ocorre anualmente, há 37 anos, no período da Quaresma. A partir de tema e lema específicos, traduzidos em ricos subsídios de apoio, a CF mobiliza a reflexão, a oração e a ação dos fiéis no seguimento de Jesus. É grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal, a renovação interior e a ação comunitária como a verdadeira penitência que Deus quer de nós em preparação da Páscoa. É momento de conversão, de prática de gestos concretos de fraternidade, de exercício de uma verdadeira pastoral de conjunto em prol da transformação de situações injustas e não cristãs. A Campanha da Fraternidade tornou-se especial manifestação de evangelização libertadora, provocando, ao mesmo tempo, a renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, a partir de problemas específicos, tratados à luz do Projeto de Deus.

A Campanha da Fraternidade tem objetivos permanentes: despertar o espírito comunitário e cristão do povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum; educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho; renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na promoção humana em vista de uma sociedade justa e solidária.

A partir de 1999, a CF promoverá sempre uma coleta de solidariedade. Do total de recursos, 60% constituirão o Fundo Diocesano de Solidariedade, e 40%, o Fundo Nacional de Solidariedade, que será administrado pela Cáritas Brasileira, sob a orientação de uma comissão episcopal criada para isso. O Fundo de Solidariedade (diocesano e nacional) servirá para o apoio a projetos de cunho social, sobretudo em áreas carentes e regiões mais empobrecidas e ligados à temática da CF de cada ano.

A CF do ano 2000 é ecumênica. Essa característica está exigindo algumas adaptações que favoreçam às Igrejas cristãs, sobretudo às filiadas ao CONIC, trabalharem ecumenicamente o tema da "dignidade humana e paz". Queremos declarar publicamente, unidos aos irmãos de diferentes Igrejas cristãs, o nosso compromisso com os valores inalienáveis da pessoa humana. Estão sendo formadas equipes ecumênicas e são incentivadas as iniciativas a serem realizadas em comum, tais como: formação de agentes, partilha de experiências, ações em prol da justiça, determinação do "gesto concreto".

A CF de 2001 terá como tema a Fraternidade e as drogas e como lema "Vida, sim; drogas, não". As reuniões de estudo e preparação dos textos e subsídios estão em andamento.

2.4. Formação sistemática e permanente de lideranças

As DGAE ressaltam a necessidade de uma formação constante de evangelizadores que estejam preparados para dar conta, a partir da sua experiência pessoal, da sua fé e das

propostas cristãs diante da realidade atual, fragmentada e diversificada¹⁰. Nas últimas avaliações, aparece claramente um forte clamor de pastores e povo exigindo que seja aperfeiçoada a formação das lideranças cristãs, tanto dos ministros como dos outros agentes de pastoral. Será preciso organizar projetos concretos para a produção de subsídios, a organização de cursos, a articulação de iniciativas locais diversas, as reflexões sobre conteúdo, métodos e dinâmicas da formação e da evangelização.

Enfim, “em todas as atividades de formação é imprescindível visar ao efeito multiplicador, de modo que os novos evangelizadores possam, por sua vez, suscitar e formar outros agentes da evangelização”¹¹.

2.5. V Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus

As Assembléias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus são um espaço rico para troca de experiências entre os organismos vinculados à CNBB e também expressão forte de eclesialidade. Já foram realizadas quatro vezes, sendo que as três primeiras – junho de 1991, outubro de 1993 e outubro de 1995 – aconteceram em Itaipu – SP, e a 4ª, nos dias 10 a 12 de outubro de 1998, em São Paulo. A coordenação dessas Assembléias ficou sob a responsabilidade dos presidentes de seis organismos (CNBB, CRB, CNC, CNL, CND e CNIS).

São objetivos dessas Assembléias vivenciar a comunhão, aprofundar a consciência da corresponsabilidade e o exercício da colegialidade na ação pastoral e evangelizadora.

As assembléias tiveram sempre como pontos de referência a ação pastoral-evangelizadora da Igreja, expressa nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, e os compromissos concretos assumidos por cada organismo. Assim, a 1ª Assembléia tratou das Diretrizes, aprovadas meses antes na Assembléia dos Bispos em Itaipu, e contribuiu para a elaboração do Objetivo Geral. A 2ª se debruçou sobre as orientações emanadas da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo. A 3ª trabalhou sobre as novas Diretrizes, os projetos e as iniciativas para a celebração do Jubileu do ano 2000. A 4ª concretizou algumas propostas em torno ao tema “a Igreja que queremos” no limiar do novo milênio.

A 5ª Assembléia será realizada em 2001, com dia, mês, local e pauta a serem definidos em reunião dos presidentes dos organismos supracitados.

2.6. Campanha para a Evangelização

A Campanha é um projeto de auto-sustentação da Igreja, aprovado na 35ª Assembléia Geral, em 1997. Naquela reunião, definiu-se que sejam realizadas duas coletas, ligadas a duas campanhas nacionais: Campanha da Fraternidade e Campanha para a Evangelização. A Campanha da Fraternidade se realiza durante o tempo da Quaresma e sua coleta se “destinará a ações sociais da Igreja”, criando-se um Fundo de Solidariedade. A Campanha para a Evangelização se realizará durante o tempo do Advento, e sua coleta é “destinada para a evangelização e manutenção das necessidades da Igreja em nível diocesano, regional e nacional”¹², criando-se um Fundo para a Evangelização.

O objetivo desta Campanha é despertar os leigos para o compromisso evangelizador e para a responsabilidade pela sustentação das atividades pastorais da Igreja no Brasil. A colaboração dos fiéis precisa repercutir em toda a Igreja, e é por isso que o resultado do gesto concreto de cada um será partilhado solidariamente entre os organismos nacionais da CNBB, os seus 16 regionais e as dioceses, visando à execução das atividades evangelizadoras, programadas nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e nos Planos Bienais.

Essa campanha precisa ser vista como proposta de uma globalização solidária que quer se transformar em fraternidade. O que se espera é que a Igreja no Brasil possa, um dia,

à semelhança da Igreja em outros países, que hoje colaboram conosco, alcançar sua auto-sustentação e partilhar seus recursos com outras Igrejas mais necessitadas.

No ano de 1998, primeiro da sua implantação, o resultado foi surpreendente, pois o povo se mostrou muito pronto para assumir a causa da evangelização e demonstrar a sua solidariedade na sustentação das ações evangelizadoras da Igreja no Brasil. Abriu-se o caminho para canalizar a solidariedade de todos os católicos no sustento da missão da Igreja em nosso País. Com isso, segue-se o exemplo das primeiras comunidades, às quais Paulo recomendava que os que têm “se enriqueçam de boas obras, dêem com prodigalidade, repartam com os demais” (1Tm 6,1; e 2Cor 8,12).

Os recursos arrecadados por essa Campanha serão repartidos, seguindo critérios específicos, priorizando sempre as regiões mais carentes e as necessidades mais prementes nos diversos campos da evangelização.

2.7. Fortalecimento dos Regionais

A CNBB está organizada, em âmbito nacional, em 16 regionais, verdadeiros centros nevrálgicos para a implementação das Diretrizes e de todos os empreendimentos da ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

De maneira semelhante à CNBB, cada regional se constitui numa instância de comunhão, articulação e animação das diferentes iniciativas evangelizadoras, sob a responsabilidade dos bispos do regional. Suas assembléias, conselhos e serviços visam a ajudar as dioceses na sua missão evangelizadora.

Para realizar essa missão, os regionais mantêm contato constante com as dioceses e com a Secretaria-Geral da CNBB e suas assessorias.

Depois de longos anos de experiência, torna-se necessário fazer revisões profundas nos regionais, assim como em todas as instituições da CNBB. É preciso avaliar a eficácia e a eficiência das suas ações e das suas estruturas; o seu relacionamento com as dioceses e com a Secretaria-Geral da CNBB. É necessário redefinir seu papel, a partir da eclesiologia de comunhão e corresponsabilidade, que lhes deu origem.

III. PROGRAMAS DAS DIMENSÕES

A Secretaria-Geral da CNBB organizou seus serviços, seguindo as seis dimensões da ação pastoral. Em alguns casos, foram criados setores e pastorais vinculados a essas dimensões. Neste capítulo, constam, em primeiro lugar, as atividades permanentes mais comuns de todos os setores e dimensões e, depois, as atividades permanentes e os projetos específicos de cada dimensão e dos setores e/ou pastorais a ela ligados.

Atividades permanentes comuns

- Compromisso de todos os setores e dimensões com os **Programas Globais** da Secretaria-Geral;
- **Assessoria** à CNBB em assuntos do setor;
- **Articulação com os regionais** da CNBB;
- Inserção do setor na celebração do **Grande Jubileu**;
- Desenvolvimento de uma evangelização inculturada, segundo as **DGAE**, nas comunidades e grupos de reflexão, com os agentes específicos e outros;
- Cultivo de uma mística fundamentada nas quatro exigências da evangelização inculturada;
- Leitura permanente dos sinais e desafios atuais – econômicos, sociais, políticos, culturais, éticos e religiosos – da sociedade brasileira, assim como das propostas concretas de transformação, especialmente nos assuntos relativos a cada setor;
- Acolhida e divulgação das iniciativas de diálogo, de serviço, de anúncio e de testemunho e apoio a elas;

- Atendimento pastoral às comunidades e agentes específicos do setor ou dimensão;
- Trabalho de base e convivência fraterna com o povo;
- Diálogo com as dioceses, paróquias e congregações para que conheçam, valorizem e dêem condições para a implementação dos objetivos da evangelização inculturada e acolham as iniciativas de cada setor e dimensão;
- Articulação e realização de **Projetos Conjuntos** com os demais setores e dimensões da CNBB e outros organismos do Povo de Deus e dedicados à ação pastoral;
- Contatos com bispos, institutos e congregações religiosas que trabalham em tarefas afins ao setor;
- Contato com as organizações católicas internacionais afins;
- Participação nas **reuniões e outros eventos promovidos pelos departamentos do CELAM** e de outras organizações latino-americanas;
- Contatos com os organismos afins das conferências episcopais de outros países, em especial da América Latina e Caribe;
- Diálogo com as Congregações e os Pontifícios Conselhos da Cúria Romana;
- **Diálogo e parceria** com entidades governamentais, movimentos populares, sindicais e outros grupos da sociedade civil que trabalham em tarefas afins ao setor;
- Acompanhamento, avaliação e estímulo aos projetos de entidades católicas.
- Assessoria às coordenações, representantes, organizações e organismos regionais ligados ao setor.
- Organização e assessoria a cursos, seminários e encontros de formação e capacitação de agentes específicos do setor;
- Promoção e organização da Pastoral e de equipes específicas nos regionais da CNBB e nas dioceses;
- Formação, capacitação e animação das equipes regionais e diocesanas;
- **Formação e capacitação de agentes específicos** de cada setor ou dimensão;
- Realização de atividades de formação em parceria com outras entidades religiosas e civis.
- Estímulo à produção e divulgação de documentos e demais publicações da Igreja em linguagem popular;
- **Produção e divulgação de subsídios** diversos, que forneçam o embasamento teológico-pastoral e específico aos agentes, equipes de reflexão e de coordenação etc, em aspectos tais como: comunicação (informativos, radiofônicos, vídeos, jogos infantis CD-ROMs, Internet); formação e planejamento; renovação metodológica pastoral; estudos e pesquisas; celebrações; e outros.
- **Reuniões periódicas dos organismos e das assessorias nacionais e regionais** ligados ao setor;
- Encontros dos assessores nacionais com o bispo responsável pelo setor em nível nacional;
- Encontro dos bispos responsáveis pela dimensão ou setor nos regionais;
- Encontros de assessores, representantes e coordenadores regionais e diocesanos;
- Encontros inter-regionais, regionais e sub-regionais de agentes específicos de cada setor;
- Presença e participação nas assembleias regionais;
- Participação em encontros, seminários, fóruns, cursos, congressos, retiros e reuniões de conteúdo e interesse do setor, promovidos por entidades eclesiais ou civis, no Brasil ou no exterior.
- Formação de opinião e divulgação de informações e reflexões sobre o setor e assuntos do seu interesse;
- Comunicação com as lideranças em todos os níveis;
- **Boletim informativo específico do setor** para os agentes, aberto ao público;
- Atualização ou organização de **bancos de dados e cadastros** dos agentes, bibliografia e outros documentos de interesse do setor;
- **Presença nos meios de comunicação social**;
- Colaboração especial nas iniciativas dos MCS católicos (imprensa católica, rede de TV, rádios...);
- **Acesso à Internet**;
- **Presença na “home-page”** da CNBB.

3.1. DIMENSÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA

3.1.1. Setor Vocações e Ministérios (SVM)

O objetivo do Setor é promover na Igreja maior comunhão e participação. Juntamente com os Setores de Leigos, Família, Juventude e CEBs, tem o compromisso de animar a dimensão vocacional, contribuindo para uma reflexão mais profunda da Teologia da Vocação, favorecendo o crescimento e a formação dos ministérios. De maneira específica, o SVM se ocupa da formação inicial e permanente, da articulação dos agentes da Pastoral Vocacional (PV), da formação e dos formadores (em comunhão com a OSIB – Organização dos Seminários e Institutos do Brasil), dos presbíteros (com a CNP – Comissão Nacional dos Presbíteros), e dos diáconos (por meio da CND – Comissão Nacional dos Diáconos). Além disso, promove cursos para os novos bispos e acompanha os eméritos, mantendo ainda contato com o Colégio Pio Brasileiro, em Roma.

Atividades permanentes específicas:

- Reflexão sobre a Teologia da Vocação e Ministérios;
- Contato com os organismos ligados ao Setor (Osib, CND, CNP); e participação em suas atividades;
- Contato permanente com a Direção e o Conselho de Alunos do colégio Pio Brasileiro;
- Encontro de Diretores (as) Espirituais de Seminários e Casas de Formação e Pregadores de Retiros;
- Acompanhamento e atenção aos Bispos Eméritos;
- Divulgação das reflexões, conclusões e propostas do 1o. Congresso Vocacional do Brasil;
- Elaboração e divulgação do Boletim "Con-Vocação".

Projetos específicos

1. Encontro de Coordenações dos Organismos dos Ministérios Ordenados

OBJETIVO

Promover um encontro entre as coordenações, em âmbito nacional, de todos os organismos que congregam os ministros ordenados (diáconos, presbíteros e bispos), para discutir e definir melhor a questão ministerial e a função do ministério ordenado.

JUSTIFICATIVA

O Documento 62 da CNBB apresenta a proposta de uma Igreja mais ministerial, alicerçada na eclesiologia dos Atos do Apóstolos e nos mais recentes documentos da Igreja. Isso provoca a exigência de um maior aprofundamento da relação entre os ministérios ordenados e não-ordenados, na única missão de evangelizar.

RESPONSÁVEIS

Assessoria e coordenações do Setor

DATA/PRAZO

Período de uma semana, em 2001.

2. Encontro Conjunto da CND e Presidentes das CRDs

OBJETIVO

Fazer uma programação conjunta de toda a atividade do diaconato do no Brasil, e conhecer melhor os regionais, incentivando a formação das comissões que estão ainda em fase de estruturação.

JUSTIFICATIVA

Necessidade de um planejamento participativo, em que realmente todos se sintam envolvidos no processo de desenvolvimento do diaconato no Brasil, possibilitando o conhecimento das dificuldades e avanço do ministério em cada região.

RESPONSÁVEIS: CND, Comissões Regionais e SVM.

DATA: 25 a 26 de julho de 2000, em Salvador.

3. Encontro Nacional de Formação Permanente dos Diáconos e Esposas.

OBJETIVO

Congregar diáconos permanente e esposas para rever e fortalecer sua caminhada.

JUSTIFICATIVA

O processo de amadurecimento do ministério diaconal exige constante atualização. Neste processo, a atuação da esposa e da família é fundamental.

RESPONSÁVEIS: CND e SVM.

DATA/PRAZO: 27 a 30 de julho de 2000, em Salvador, BA.

4. Encontro de Formadores de Escolas Diaconais

OBJETIVO

Intercâmbio de experiências no andamento das escolas diaconais, possibilitando também àqueles que estão iniciando suas escolas conhecer como estão funcionando as já existentes. Estudar os passos que podem e devem ser dados na organização das escolas diaconais.

JUSTIFICATIVA

Desde o início da caminhada do diaconato, esses encontros têm se revelado como essenciais para orientar a formação dos diáconos em nível nacional. Foi a partir desses encontros que surgiram as orientações e diretrizes nacionais.

RESPONSÁVEIS: CND e SVM.

DATA/PRAZO: 2001.

5. Encontro para Orientadores Espirituais dos Seminários e Pregadores de Retiro

OBJETIVO

Capacitar orientadores espirituais para o seu ministério, por meio de palestras e troca de experiências.

JUSTIFICATIVA

Recuperar as raízes espirituais e místicas do cristianismo, de modo a repor a reserva de sentido para a vida e ação dos cristãos no mundo, é de suma importância no processo de formação daqueles que serão os futuros guias espirituais do povo. Para isso, é fundamental não só escolher bem os orientadores, mas ajudá-los em sua capacitação.

RESPONSÁVEIS: OSIB e SVM.

DATA: Maio de 2001.

6. 1º Seminário Nacional sobre a Formação Presbiteral no Brasil

OBJETIVO

Celebrar o Jubileu do nascimento de Jesus Cristo, revisar a caminhada da formação presbiteral da Igreja no Brasil e lançar perspectivas para o Novo Milênio.

JUSTIFICATIVA

No final do século e do milênio, por ocasião do 5º Aniversário das *Diretrizes Básicas da Formação Presbiteral na Igreja do Brasil* ¹³, faz-se necessária uma revisão do processo formativo e um olhar prospectivo por parte dos representantes da PV, Seminários Menores, Ano Propedêutico, Filosofia e Teologia.

RESPONSÁVEL: OSIB Nacional e SVM.

LOCAL/DATA: Casa Santíssima Trindade, Belo Horizonte, de 13 a 17 de agosto de 2000.

7. Curso sobre a Dimensão Humano-Afetiva

OBJETIVO

Promover o encontro e a reflexão conjunta de formadores, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos que atuam nos seminários e casas de formação.

JUSTIFICATIVA

A emergência da subjetividade, característica dos tempos pós-modernos, juntamente com o crescente individualismo e hedonismo, fazem do cuidado com a dimensão humano-afetiva um imperativo em todo o processo de formação presbiteral. Por isso, esse tem sido um tema sempre solicitado por formandos e formadores.

RESPONSÁVEL: OSIB.

DATA: Agosto de 2001.

8. V Encontro Nacional do Ano Propedêutico

OBJETIVO

Continuar refletindo a caminhada do Ano Propedêutico em suas necessidades pedagógicas e organizacionais.

JUSTIFICATIVA

A constatação de um crescente enfraquecimento das instâncias básicas da educação formal, do esvaziamento do núcleo existencial dos jovens e a fraca transmissão das verdades da fé tornam cada vez mais necessária uma etapa que prepare os candidatos ao presbiterato para o ingresso nas casas de formação.

RESPONSÁVEL: OSIB.

DATA: Novembro de 2001, em Belo Horizonte.

9. 8º Encontro Nacional de Presbíteros (ENP)

OBJETIVO

Congregar presbíteros representantes de todas as dioceses do Brasil, para refletir sobre a pessoa do presbítero e sua missão, no contexto do fim deste milênio e nas expectativas do novo tempo que se avizinha.

JUSTIFICATIVA

Os ENPs são uma riqueza para a Igreja e oportunidade para formação e reavivamento da vocação presbiteral. Acontecem de dois em dois anos, com a presença dos delegados de cada diocese, além de convidados da CNBB, CND, CRB, CNL, CNIS, OSIB e bispos que acompanham as CRPs.

RESPONSÁVEIS: CNP e SVM.

DATA/PRAZO: 01 a 06 de fevereiro de 2000.

10. Curso Nacional de Formação Permanente para Presbíteros

OBJETIVO

Reunir presbíteros de todos os regionais para estudar temas de interesse para a vida e a missão de todos, favorecendo o crescimento espiritual e capacitando-os para o ministério.

JUSTIFICATIVA

Os desafios permanentes da realidade, as rápidas e profundas mudanças, as dificuldades do estudo sistemático para aquele que está na missão exigem um espaço específico para sua atualização teológica e pastoral.

RESPONSÁVEIS: SVM e Comissão Nacional de Presbíteros.

DATA/PRAZO: Julho de 2001.

11. Encontro para Novos Bispos

OBJETIVO

Proporcionar aos novos bispos contato com o dinamismo pastoral da Igreja no Brasil presente no dia-a-dia da CNBB; refletir sobre o ministério episcopal; inteirar-se das questões referentes ao governo da Igreja Particular, segundo o Código de Direito Canônico; viver um momento de espiritualidade e comunhão, a fim de experimentar, colegialmente, o gosto pela missão assumida.

JUSTIFICATIVA

Oportunidade privilegiada, sempre avaliada como muito positiva, para os presbíteros que são nomeados bispos, quando se pode partilhar experiências, ampliar os horizontes do conhecimento e compreensão da nova missão, além do contato com a CNBB e com a Nunciatura Apostólica.

RESPONSÁVEL: SVM.

DATA/PRAZO: 11 a 15 de setembro de 2000.

12. Encontro de Formação para Bispos

OBJETIVO

Criar condições e oportunidade de reflexão e partilha para os bispos nomeados nos últimos 5 anos, a fim de que possam se atualizar, esclarecer dúvidas e dificuldades surgidas em seus primeiros anos de ministério.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de estarem preparados para as mudanças rápidas e profundas de nossa realidade é sentida também pelos bispos. Esse encontro é um apelo de muitos, não só por ser uma proposta da Igreja, como expressa a *Pastores Dabo Vobis*, mas também uma necessidade da missão de governar e coordenar o rebanho.

RESPONSÁVEL: SVM.

DATA/PRAZO: Em 2001.

3.1.2. Setor CEBs

O Setor CEBs inspira-se nas perspectivas da Exortação Pós-Sinodal *Evangelii nuntiandi* e do documento de n. 25 da CNBB, *“Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil”*. São elas:

1. As CEBs não de ser destinatárias especiais da evangelização e, ao mesmo tempo, evangelizadoras;
2. Alimentadas pela Palavra de Deus, pelos sacramentos e pela doutrina da Igreja, elas tornam vivas as dimensões eclesiais expressas no culto, aprofundamento da fé, caridade fraterna, oração e comunhão com os pastores;
3. Reúnem os cristãos para a defesa da vida e vivência da fé também onde há escassez de presbíteros;
4. O encontro intereclesial deverá se constituir em um momento privilegiado em que o clima autêntico das CEBs ganha espaço, impregna a todos com seu espírito e renova o ânimo de seus militantes para assumirem, com ardor missionário, a tarefa da nova evangelização.

Atividades permanentes específicas

- Animação de vida das CEBs;
- Preparação e realização dos Intereclesiais – reuniões da Ampliada Nacional e Seminários sobre CEBs;
- Jornal *“A caminho”*, publicação trimestral do Secretariado do Intereclesial.

Projetos específicos

1. Cursos de Formação de Agentes

OBJETIVO

Formar melhor tanto leigos quanto agentes padres e religiosas interessados no trabalho de CEBs.

JUSTIFICATIVA

Fazer das CEBs uma escola de militância, em prol do Evangelho e da justiça, e uma escola de oração. Sem uma espiritualidade mais personalizada e interiorizada, nossos militantes correm o risco de ter na pastoral popular uma espécie de ideologia religiosa pré-política. Ao descobrirem a política, já não vêem por que permanecer nas CEBs.

RESPONSÁVEL: Setor CEBs em parceria com o CESEP.

DATA/PRAZO: Janeiro e julho de 2000 e 2001.

2. Seminários sobre as CEBs

OBJETIVO

Participar junto daqueles e daquelas que, com muito amor e disponibilidade, ajudam a caminhada das CEBs em nosso país e lutam pelos ideais delas.

JUSTIFICATIVA

Apoiar a pesquisa e o aprofundamento sobre a caminhada das CEBs por meio do estudo e troca de experiências, visando ao crescimento tanto qualitativo quanto quantitativo das CEBs. Elas não devem ser apenas um fator de conscientização, mas também de despertar profundo do amor a Jesus, abertura ao Espírito, meditação da Palavra e celebração.

RESPONSÁVEL: Setor CEBs em parceria com o Secretariado do Intereclesial.

DATA/PRAZO: Janeiro de 2000 e no segundo semestre de 2001.

3. Criação de um Centro de Documentação

OBJETIVO

Fazer a memória histórica da caminhada da Igreja nas CEBs, reunindo todo o documentário referente às CEBs no Brasil e na América Latina.

JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Documentação é um serviço à CNBB e particularmente às CEBs. Ele deverá reunir, classificar, atualizar e disponibilizar não apenas a documentação escrita mas também os referenciais de memória histórica (vídeos, fotos, gravações, símbolos e recordações de sua caminhada pastoral). Esse serviço terá dupla face: de um lado, ele deverá alimentar a memória das CEBs, colocando à sua disposição dados, documentos e outros materiais referentes à sua história, e, de outro, deverá subsidiar a reflexão teórica no âmbito acadêmico e eclesial.

RESPONSÁVEL: Setor CEBs.

DATA/PRAZO: Indeterminado.

3.1.3. Setor Leigos

O Setor Leigos tem por objetivo *“criar e alimentar uma tomada de consciência mais decidida do dom e da responsabilidade que todos os fiéis leigos, e cada um deles em – particular, têm na comunhão e na missão da Igreja”*¹⁴.

A missão dos leigos faz com que sua vocação e ministérios não se reduzam ao âmbito *“intra-eclesial”*, mas se estenda às – *“realidades temporais, que os leigos são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus”*¹⁵, e que a *Evangelii Nuntiandi* descreve como: *“o mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos “mass media” e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional, o sofrimento”*¹⁶.

Este Setor pretende trabalhar em profunda comunhão com o Conselho Nacional de Leigos (CNL), sob a inspiração dos documentos mais recentes do Magistério que se referem à missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas, assim como em sintonia com a caminhada da Igreja da América e, de modo especial e mais direto, com as DGAE.

Atividades permanentes específicas

- Estudo, divulgação em versão popular e implementação do Documento da CNBB, n. 62, *Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas*;
- Formação dos Conselhos Diocesanos de Leigos;
- Articulação com o CNL e participação nas suas reuniões e assembléias;
- Participação no Encontro Nacional de Leigos, no Encontro Nacional dos Movimentos Leigos do Brasil e no Encontro Nacional com Grupos Articulados de Missionários Leigos;
- Preparação e participação no Dia Nacional do Leigo (Dia de Cristo Rei);
- Acompanhamento e apoio ao jornal dos leigos *Terceira Hora*.

3.1.4. Setor Família e Vida

As atuais mudanças comportamentais, tanto culturais como sociais e religiosas, afetam profundamente as famílias. É forte a influência que exercem sobre ela os MCS e de massa, a ordem político-econômica desumana que introduz tantas injustiças sociais, desajustes, conflitos e impede o desenvolvimento normal da família.

A evangelização da família nas suas diversas realidades é de importância relevante para o bem e a sobrevivência da Igreja e da sociedade.

O Setor Família e Vida (SEFAV) procura incentivar, criar e articular todas as iniciativas pastorais que auxiliem as famílias brasileiras no desempenho de sua vocação, para serem escolas de santidade, de fidelidade-felicidade, “igrejas-domésticas”, sementeiras de cidadãos comprometidos com as transformações do mundo e cristãos atuantes.

Atividades permanentes específicas

- Elaboração do Diretório da Pastoral Familiar;
- Acompanhamento e implementação do Plano Estratégico da Pastoral Familiar (PEPAF);
- Difusão, acompanhamento e avaliação do Guia de Implantação da PF na Paróquia;
- Elaboração de diretrizes nacionais para a Implantação de Encontros de Preparação para o Matrimônio nas Paróquias;
- Acompanhamento das iniciativas diocesanas no atendimento aos “Casos Especiais” e às Situações Irregulares;
- Criação de novos métodos de evangelização da família;
- Encontro de coordenação da CNPF (Comissão Nacional da Pastoral Familiar) e da Equipe Executiva da mesma: NURAP (Núcleo de Reflexão e Apoio) e suas equipes técnicas;
- Avaliação e reestruturação da caminhada dos níveis de assessoramento superior: NURAP e NUPLA (Núcleo de Planejamento e Avaliação) do SEFAV;
- Realização da 22^a e 23^a Assembléias Gerais da CNPF e da Assembléia Extraordinária da CNPF, para as novas eleições;
- Manutenção e aprimoramento do roteiro “Hora da Família”.

Projetos específicos

1. Criação de Centros de Formação Intensiva Diocesanos pelo Instituto Nacional de Pastoral Familiar (INAPAF) para a Formação e Qualificação dos Agentes da Pastoral Familiar.

OBJETIVO

Incrementar nas diversas instâncias da pastoral familiar a primeira prioridade escolhida para a aplicação do plano estratégico da pastoral familiar: a formação de agentes.

JUSTIFICATIVA

As dioceses já adequaram o PEPAF às suas realidades e circunstâncias. É bastante baixo, tímido e ineficiente o nível de formação, qualificação e especialização dos agentes. Faltam conhecimentos sobre metodologias participativas. Urge propiciar os conhecimentos em áreas específicas e na doutrina, e treinamento dos agentes, para torná-los capazes de planejar, organizar, articular, coordenar e avaliar as ações pastorais, reconhecer as suas forças e fraquezas, agir em todos os ambientes, resgatar valores e denunciar contravalores.

PRAZO: A serem definidos por ocasião das diversas assembléias regionais e diocesanas nos anos 2000-2001.

2. 7^a Semana Nacional da Família – 2000

OBJETIVO

Dinamizar de modo mais vital, integrado e evangelizador as comemorações da Semana Nacional da Família e integrar, organicamente, a Pastoral Familiar com as diversas dimensões e serviços pastorais.

JUSTIFICATIVA

Somar forças com a Pastoral da Criança na divulgação, conhecimento e implementação da Campanha Internacional “Paz na Família – Não à Violência”; com as dimensões ecumênica e missionária da CNBB, com a CF, com a Pastoral da Juventude, a Secretaria Ágape (RCC) e a Campanha da Mãe Peregrina e outras forças vivas das paróquias e comunidades. Gesto concreto: prestar, como pastoral familiar, uma colaboração concreta

aos jovens, nas paróquias e dioceses, na configuração de sua data jubilar nacional: 15/10.

PRAZO: 13-20 de agosto de 2000.

3. Congressos Nacional e Macrorregionais

- 9º Congresso Nacional da Pastoral Familiar, de 08 a 10 de setembro de 2000, em Curitiba-PR.
- 5º Congresso Nacional de Assessores da Pastoral Familiar, no dia 8 de setembro, em Curitiba-PR.
- 4ºs Congressos Macrorregionais (5 macrorregiões) da Pastoral Familiar e de Assessores Eclesiásticos Regionais e Diocesanos, em 2001.

4. Fórum de Bioética

OBJETIVO

Preparar agentes capazes de desenvolver o diálogo sobre o valor, a beleza e a dignidade da vida, do amor, da família e da morte, diante das ameaças e agressões contínuas no campo das ciências, especialmente as biomédicas.

JUSTIFICATIVA

A Pastoral Familiar, atualmente, não pode prescindir desse diálogo e questionamentos.

PRAZO: 8 de abril de 2000 - O 3º Fórum está previsto para o ano 2001.

5. Encontro de Articuladores do Setor “Casos Especiais e Situações Irregulares”

OBJETIVO

Promover intercâmbio com os coordenadores de trabalhos realizados junto aos casais em segunda união e outros casos “especiais” para trocar experiências e estabelecer critérios adequados.

JUSTIFICATIVA

É grande a angústia das famílias e dos casais em tais situações. Eles são membros da Igreja, não negaram o seu batismo e nem a sua fé. É preciso colaborar para que a Igreja agilize mais rapidamente os atendimentos e soluções convenientes, no que se refere aos Tribunais Eclesiásticos.

PRAZO: Previsto para junho de 2000.

3.1.5. Setor Juventude

O Setor Juventude da CNBB tem a missão de garantir que a opção pelos jovens seja afetiva e efetiva na Igreja do Brasil, retomando a opção assumida em Puebla e inspirando-se nas Diretrizes da Ação Evangelizadora e na Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America*.

Para isso, o Setor anima todo o trabalho que a Igreja faz com os jovens no Brasil, dando atenção especial à Pastoral da Juventude do Brasil, mantendo diálogo e parceria com congregações religiosas, com movimentos juvenis e com as organizações da sociedade que trabalham com jovens.

A proposta da Igreja no Brasil para o trabalho com jovens está contida nos Projetos de Ação, Formação e Espiritualidade, aprovados na 11ª Assembléia Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil e confirmados na Assembléia de julho de 98, para os anos de 99 a 2001. Os Projetos de Ação são as Missões Jovens e as Ações pela Cidadania; os de Formação se realizam pela Capacitação de Assessores – Coordenadores e pela Formação

para a Cidadania; e os de Espiritualidade se concentram nas Liturgias Jovens, nas Escolas Bíblicas, na Leitura Orante da Bíblia e no Ofício Divino das Comunidades.

A Pastoral da Juventude do Brasil organiza, a partir dos ambientes e meios específicos, a PJ (Pastoral da Juventude – grupos nos ambientes das comunidades); a PJR (Pastoral da Juventude Rural – grupos de jovens nas comunidades rurais); a PJE (Pastoral da Juventude Estudantil – grupos nos ambientes das escolas) e PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular – grupos organizados a partir da classe social, localizados nas comunidades).

Atividades específicas

- Seminários-síntese do Plano Trienal – Formação, Ação e Espiritualidade;
- Celebração da Jornada Mundial dos Jovens e do Jubileu dos Jovens em Roma e nas comunidades;
- Dia Nacional da Juventude (15/10/2000) – Celebração do Jubileu dos Jovens no Brasil;
- Realização dos encontros previstos (6º Encontro Nacional da PJ; 4º Encontro Nacional dos Militantes na Política Partidária e nos Organismos Sociais; 5ª e 6ª Semanas da Cidadania; 6º e 7º Encontros Nacionais com Congregações Religiosas e Movimentos Juvenis);
- Publicação do periódico mensal *Juventude*.

Projetos específicos

1. 18º Seminário Nacional da PJ do Brasil - Campanha da Fraternidade 2001

OBJETIVO

Preparar agentes para serem multiplicadores e animadores da CF-2001, que tem como temática a questão da dependência química.

JUSTIFICATIVA

Uma boa preparação dos agentes da PJ do Brasil contribuirá para um trabalho menos preconceituoso e mais eficaz, propondo os grupos juvenis como resposta à prevenção.

DATAS/PRAZO: 03 a 08 julho 2000.

2. 4º Concílio Jovem/ Congresso

OBJETIVO

Reunir jovens e assessores de todo o Brasil para refletirem sobre a sua prática pastoral junto aos jovens e estreitar os laços de amizade entre os jovens por meio de uma atividade concreta e missionária em uma diocese do País.

JUSTIFICATIVA

Os concílios realizados até hoje pela Juventude impulsionaram novas ações e animadores da ação evangelizadora junto aos jovens. É uma oportunidade de os jovens vivenciarem uma missão jovem em âmbito nacional e aprofundarem temas que são pertinentes à sua formação.

DATA/PRAZO: Janeiro 2001.

3. 13ª Assembléia Nacional da PJ do Brasil

OBJETIVO

Avaliar, celebrar e redimensionar os projetos da PJ do Brasil, buscando respostas eficazes para a evangelização da juventude hoje. Aprofundar a organização da PJ do Brasil, buscando valorizar as diferenças regionais e o que é próprio da juventude.

JUSTIFICATIVA

A PJ do Brasil busca acompanhar os anseios do povo, a partir da Igreja Particular, ouvindo os grupos de base e a sua organização, para definir os programas para os próximos 3 anos.

DATA/PRAZO: 08 a 15 de julho 2001.

4. 1º Congresso da Juventude Rural

OBJETIVO

Reunir jovens do meio rural para discutir e planejar respostas alternativas e celebrar o Jubileu dos Jovens da Roça.

JUSTIFICATIVA

Os jovens da roça querem se encontrar para debater sobre o seu futuro e suas alternativas de vida no campo e celebrar juntos o Jubileu de Jesus.

DATAS/PRAZO: julho 2000

3.2. DIMENSÃO MISSIONÁRIA

A Dimensão Missionária tem como objetivos organizar e realizar as tarefas de animação, formação, organização e cooperação missionárias em todos os níveis eclesiais¹⁷, e dedica especial atenção à espiritualidade missionária. Fundamenta suas iniciativas nas DGAE, nas prioridades e compromissos dos Congressos Missionários Latino-Americanos e Americanos e no Projeto "Rumo ao Novo Milênio".

Essa dimensão favorece um espaço de articulação com muitas entidades e organismos missionários dedicados a esses objetivos, procurando ser um ponto de referência para todos a fim de que a Dimensão Missionária se torne, cada vez mais, o elemento primordial de toda a ação evangelizadora¹⁸. Desenvolve suas atividades e projetos específicos de maneira especial com o COMINA (Conselho Missionário Nacional), os COMIREs (Conselhos Missionários Regionais), as POM (Pontifícias Obras Missionárias), o CCM (Centro Cultural Missionário) e o Centro Missionário "José Allamano". Participa também das iniciativas missionárias do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil), do Setor Leigos da CNBB e da PBE (Pastoral dos Brasileiros no Exterior) e as apóia.

Atividades permanentes específicas

- Reflexão sobre a Infância Missionária;
- Promoção e articulação do Programa Igrejas-Irmãs;
- Reflexão e colaboração com organismos e agentes que trabalham em Santas Missões Populares;
- Estudos para a criação do Centro Missionário Nacional e de novos institutos missionários nacionais;
- Preparação das celebrações do Mês Missionário e do Dia Mundial das Missões;
- Boletim SIM (Serviço de Informação Missionária) e outras publicações.

Projetos específicos

1. Seminário Missiológico Nacional

OBJETIVO

Implementar as prioridades e compromissos assumidos no COMLA 6 - CAM 1, para a evangelização inculturada, em continuidade ao COMLA 5, preparando agentes com ardor missionário para tornar as Igrejas locais missionárias.

JUSTIFICATIVA

É sentida a necessidade de assessores e agentes específicos para a Dimensão Missionária nos regionais e dioceses. O COMLA 5 confirmou essa urgência de assessoria para concretizar as prioridades e compromissos, bem como para a tarefa de inserir a Dimensão Missionária em toda a ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

RESPONSÁVEL: Dimensão Missionária, COMIREs, POM, COMINA.

PRAZO: 2000.

2. Seminários sobre Nova Evangelização, Ecumenismo e Diálogo

OBJETIVO

Caracterizar a Nova Evangelização a partir da exigência do Diálogo e da Campanha da Fraternidade Ecumênica do ano 2000.

JUSTIFICATIVA

Os documentos do Concílio Ecumênico (Gaudium et Spes; Ad Gentes; Unitatis Redintegratio), o Documento "Diálogo e Anúncio", do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso e a Congregação para a Evangelização dos Povos, as DGAE e o PRNM fundamentam a necessidade do diálogo na missão da Igreja e propõem ações concretas para efetivá-lo.

RESPONSÁVEIS: Dimensão Missionária e Dimensão Ecumênica e do Diálogo Inter-Religioso.

PRAZO: 2000 e 2001.

3. Assembléias dos Grupos Organizados de Missionários/as Leigos/as Articulados

OBJETIVO

Apoiar os grupos de missionários leigos em sua formação, busca de identidade e articulação, à luz do Documento 62.

JUSTIFICATIVA

O protagonismo dos leigos na evangelização e a diversificação dos ministérios na Igreja necessitam de intensificado apoio para realizar as suas tarefas na evangelização.

RESPONSÁVEL: Dimensão Missionária e Setor Leigos, COMINA e POM.

PRAZO: 2000 / 2001 - Encontros Regionais; 2001 - Assembléia Nacional.

4. Cursos de Formação Missionária para Agentes de Pastoral do CCM

OBJETIVO

Subsidiar a formação permanente e a espiritualidade de agentes nos regionais e dioceses.

JUSTIFICATIVA

A formação missionária de agentes é uma exigência fundamental e permanente da evangelização. É necessário despertar e aprofundar a identidade cristã e missionária de cada batizado e das comunidades. E preparar, assim, evangelizadores, sujeitos das diferentes culturas, para que se tornem protagonistas da própria evangelização, a libertação integral em Jesus Cristo.

RESPONSÁVEL: Dimensão Missionária, CCM, COMIREs, CRB e Institutos Missionários.

DATAS: Mês de janeiro, Curso de Formação Missionária, no CCM, em Brasília; fevereiro a junho, Curso de Atualização Missiológica, em São Paulo; cursos nos regionais.

5. Cursos de Formação Missionária “Ad Gentes” do CCM

OBJETIVO

Oferecer aos missionários e missionárias que se destinam à missão “além-fronteiras” um encontro de formação, experiência de vida comunitária e espiritualidade.

JUSTIFICATIVA

Atender às solicitações das dioceses, congregações e institutos missionários de que os missionários(as) que partem em missão “além-fronteiras” tenham uma visão cristã da realidade e da missão e possam realizar a evangelização inculturada.

RESPONSÁVEL: CCM, Dimensão Missionária, CERMI/CRB (Centro de Renovação Espiritual e Missionária da CRB), COMINA.

DATAS: 2000 - CERMI / CRB; 2000 / 2001 - em dezembro, curso no CCM, em Brasília; e três cursos por ano para missionários que chegam ao Brasil, no CCM.

6. Criação de um Organismo Missionário Nacional

OBJETIVO

Coordenar os esforços na captação de recursos humanos e materiais a fim de auxiliar os leigos(as) missionários(as), as famílias religiosas, os presbíteros e as Igrejas particulares a participarem mais efetivamente de projetos missionários “ad gentes”.

JUSTIFICATIVA

A missão “além-fronteiras”, pela complexidade de sua própria natureza e execução, exige uma formação cuidadosa de seus agentes e uma organização capaz de garantir a continuidade. É desejável que se dêem novos passos para concretizar um Centro Missionário Nacional, para estudos e formação permanente, e um Instituto Brasileiro “Além-Fronteiras”¹⁹. A mesma sugestão tem aparecido nos Congressos Missionários (COMLA 5, COMLA 6 - CAM 1) e nas Assembléias do COMINA.

RESPONSÁVEL: CNBB, Dimensão Missionária, CRB, POM, COMINA e CCM.

3.2.1. Pastoral para os Brasileiros no Exterior (PBE)

A PBE tem como objetivo fundamental contribuir com as Igrejas locais, em articulação com as conferências episcopais dos diferentes países, para proporcionar aos brasileiros residentes no exterior a vivência inculturada do Evangelho, preservando, na proporção adequada, as tradições religiosas e culturais da pátria de origem.

A ação missionária “além-fronteiras” exige uma preparação específica de seus agentes, um conhecimento inicial da realidade onde desempenharão sua missão e um aprofundamento nas motivações para o chamado e o envio. Por isso, em estreita articulação com o CCM, a PBE e Dimensão Missionária proverão que a participação no curso “ad gentes” se constitua num pré-requisito para o envio e a atuação pastoral dos missionários junto a comunidades de brasileiros residentes no exterior.

Atividades Permanentes Específicas

- Visitas de bispos e outros agentes do Brasil às comunidades, marcando presença, particularmente na celebração das festas e datas significativas e nos encontros ou congressos de pastoral promovidos pelas comunidades de brasileiros nos diversos países;
- Articulação e correspondência com os missionários;
- Estruturação de secretaria como suporte à dinamização da PBE;
- Elaboração de um boletim para intercâmbio, informações e apoio.

3.3. DIMENSÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA

A Dimensão Bíblico-Catequética é um serviço essencial da evangelização inculturada da Igreja no Brasil. Ela propõe um caminho de formação sistemática e progressiva da fé, para que as pessoas, acolhendo a Palavra anunciada, vivam uma experiência pessoal e comunitária de fé no Deus de Jesus Cristo, celebrem o mistério da Redenção e se comprometam com o serviço aos outros ²⁰.

A Dimensão Bíblico-Catequética desenvolverá um processo participativo com as coordenações regionais, tendo presentes as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, as orientações dos encontros nacionais de Catequese e o Diretório Geral para a Catequese. Em comunhão com as equipes regionais e com as escolas de formação catequética, quer oferecer também aos catequistas conteúdos e momentos de formação, para que eles se tornem agentes construtores de comunidades cristãs, sinais da presença do Reino de Deus entre nós.

Atividades permanentes específicas

- Reflexão da catequese de adultos e da catequese no mundo urbano;
- Reflexão sobre os temas levantados no 7º Encontro Nacional de Catequese;
- Aprimoramento da Metodologia de Oficinas;
- Encontros com a equipe de tradução da Bíblia oficial da CNBB; com biblistas e exegetas; e com instituições que se dedicam à Pastoral Bíblica;
- Participação nos encontros da Federação Bíblica Católica.

Projetos específicos

1. Seminários de Estudos sobre “Itinerário da Fé”

OBJETIVO

Buscar um instrumental que favoreça aos cristãos adultos crescerem no amadurecimento da fé e na vivência comunitária, tornando-se testemunhas de Jesus Cristo. Identificar os caminhos de evangelização dos cristãos não suficientemente evangelizados e as experiências que podem servir para a pregação e o fortalecimento da vivência cristã dos mesmos.

JUSTIFICATIVA

Muitos catequizandos, depois de receberem os sacramentos, não perseveraram no processo de aprofundamento da fé. Nas comunidades eclesiais, encontramos muitos adultos batizados, que celebraram a primeira eucaristia e depois se afastaram da vivência comunitária. Aqueles que querem retomar a caminhada e buscam maior aprofundamento de sua fé nem sempre encontram, em nossas comunidades, acolhimento e uma proposta concreta que responda a essa aspiração. É urgente pensar nos que retomam a vivência cristã, oferecer-lhes uma organização pastoral e, quem sabe, um instrumento que os ajude a realizar essa busca.

RESPONSÁVEIS: Dimensão Bíblico-Catequética, Instituto Nacional de Pastoral (INP), Liturgia, Setor Leigos, PJ e Pastoral Familiar.

DATA: 18 - 20 de agosto de 2000.

2. 2ª Semana Brasileira de Catequese

OBJETIVO

Promover ampla reflexão, em toda a Igreja, sobre a catequese de adultos.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos 15 anos, a catequese deu passos significativos no modo de ser. A realização da 2ª SBC deve provocar nas comunidades a percepção da história já feita e descobrir os

novos rumos a serem assumidos, sobretudo no que se refere à catequese de adultos, bem como ao processo de iniciação e educação permanente da Fé.

RESPONSÁVEIS: Dimensão Bíblico-Catequética e Missionária, Instituto Nacional de Pastoral (INP), Liturgia, Setor Leigos, Pastoral da Juventude, Pastoral Familiar e da Comunicação e Ensino Religioso.

DATA: 08 12 de outubro de 2001.

3. Encontro de Coordenações de Escolas Regionais de Formação de Catequistas

OBJETIVO

Buscar, junto às Escolas de Formação de Catequistas, um processo pedagógico integrado, com uma metodologia que atenda aos apelos da realidade e as DGAE.

JUSTIFICATIVA

Há, em quase todos os regionais, escolas de formação de catequistas em nível regional. É oportuno reunir as coordenações para a partilha de experiências e a reflexão sobre todo o processo de formação inicial e permanente dos catequistas nos regionais e aprofundar os conteúdos básicos: realidade, Bíblia, metodologia, Eclesiologia, Teologia dos Sacramentos e os documentos da Igreja.

RESPONSÁVEL: Dimensão Bíblico - Catequética.

DATA: 26 a 28 de maio de 2000 e de 2001.

4. Seminários de Estudos para a Elaboração do Diretório Nacional de Catequese

OBJETIVO

Refletir a caminhada da catequese à luz do Diretório Geral, buscando a elaboração de um Diretório Nacional.

JUSTIFICATIVA

Depois da elaboração do documento *Catequese Renovada*, a catequese no Brasil realizou ampla caminhada de inculturação. Os encontros nacionais refletiram aspectos importantes do ser, do fazer e atuar catequético. Iluminados pelo Diretório Geral para a Catequese, queremos recolher toda a sabedoria catequética acumulada nesses anos e elaborar um Diretório Nacional que dê novo impulso à catequese no Brasil, contemplando, de modo especial, os adultos.

RESPONSÁVEIS: Dimensão Bíblico-Catequética e institutos de Teologia e Catequese.

DATA: Julho de 2000 e de 2001.

5. Encontro com Catequistas que Trabalham com Portadores de Necessidades Especiais

OBJETIVO

Articular um seminário sobre Catequese com portadores de necessidades especiais, buscando maior integração dos diversos grupos que já trabalham nessa área.

JUSTIFICATIVA

Muitos grupos já vêm trabalhando com pessoas portadoras de necessidades especiais. É preciso refletir sobre um jeito próprio de desenvolver a catequese junto a esses irmãos e irmãs.

RESPONSÁVEL: Dimensão Bíblico - Catequética.

DATA: 23 e 24 de setembro de 2000.

6. Encontros de Catequistas que Trabalham com Povos Indígenas

OBJETIVO

Promover, em conjunto com o CIMI, um encontro com os catequistas que trabalham com os povos indígenas, para refletir e aprofundar a prática evangelizadora e catequética.

JUSTIFICATIVA

É partilhando as diferentes formas de resgate e cultivo das culturas dos povos nativos que se descobrem as sementes do Verbo presentes nelas. Aproveitando a celebração dos 500 anos da presença do Evangelho no meio dos povos indígenas nas terras do Brasil, percebemos que ainda temos muito o que aprender das culturas dos povos nativos.

RESPONSÁVEL: Dimensão Bíblico - Catequética.

DATA: 21 - 23 de julho de 2000.

3.4. DIMENSÃO LITÚRGICA

A liturgia é *“cume e fonte da vida da Igreja”²¹* e tem, *“por si mesma, um valor evangelizador que a Nova Evangelização deve situar em lugar de grande destaque pois ela é o anúncio e realização dos feitos salvíficos que nos chegam a tocar sacramentalmente; por isso, convoca, celebra, e envia (...)”. Sustenta o compromisso com a promoção humana, enquanto orienta os fiéis a assumir sua responsabilidade na construção do Reino. A celebração não pode ser algo separado ou paralelo à vida. Por último, é especialmente pela liturgia que o Evangelho penetra no coração das culturas... Por isso, as formas da celebração litúrgica devem ser aptas para expressar o mistério que se celebra e, por sua vez, ser claras e inteligíveis para os homens e mulheres de hoje”²²*.

Fazem parte das preocupações e dos projetos desta dimensão a formação, estruturação e articulação das equipes de liturgia em todos os níveis, e, de modo particular no nível regional, para levar adiante a Reforma Litúrgica proposta pelo Vaticano II.

Atividades permanentes específicas

- Tradução, revisão, elaboração e publicação de livros litúrgicos (Missal Romano, Ritual de Iniciação Cristã de Adultos, Exéquias...);
- Revisão e atualização dos rituais de Iniciação Cristã de Adultos, Reconciliação, Exéquias, e publicação do Ritual da Confirmação, Pontifical Romano, Missal....;
- Estudo para aplicação do Novo Ritual do Batismo;
- Encontros regionais para estudo do novo Ritual do Batismo;
- Colaboração com o Centro de Liturgia, com liturgistas que atuam na inculturação nos grupos indígenas e afro, com a dimensão missionária e com as demais dimensões e setores da CNBB;
- Encontro de presidentes e secretários das comissões de liturgia da América Latina;
- Encontros e acompanhamento da liturgia dos santuários;
- Acompanhamento e encontro com os responsáveis pelas missas na TV;
- Participação nos encontros anuais da Associação dos Liturgistas do Brasil (ASLI) e na Semana Nacional de Liturgia;
- Assessoria e acompanhamento das escolas de liturgia para jovens;
- Encontro com produtores de folhetos litúrgicos.

Projetos específicos

1. Seminário de Estudo sobre Inculturação Litúrgica nos Meios Afro

OBJETIVO

Continuar o processo de diálogo e de estudo da cultura dos afro-brasileiros com vistas à sua expressão litúrgica inculturada.

JUSTIFICATIVA

Celebrando os 500 anos de evangelização no Brasil, há necessidade de apoiar os povos afro-brasileiros na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus valores.

RESPONSÁVEIS: Dimensão Litúrgica, Pastoral Afro, Setor Cultura, Instituto MARIAMA e GRENI (CRB).

DATA/PRAZO: Fase preparatória, 2000; realização, 2001.

2. Seminário de Estudo sobre Liturgia nos Meios Indígenas

OBJETIVO

Continuar o processo de diálogo e de estudo da cultura e dos ritos indígenas com vistas à sua expressão litúrgica inculturada.

JUSTIFICATIVA

A Dimensão Litúrgica, a pedido dos evangelizadores que trabalham nos meios indígenas, percebe a necessidade de iniciar um processo de diálogo e partilha sobre as experiências que já estão sendo realizadas na linha da inculturação da liturgia.

RESPONSÁVEIS: Dimensão Litúrgica, CIMI e Setor Cultura.

DATA/PRAZO: 29 a 31 de Agosto de 2000.

3. Encontro dos Bispos e Coordenadores Responsáveis pela Liturgia nos Regionais

OBJETIVO

Dar continuidade à renovação litúrgica proposta pelo Vaticano II, avaliar, refletir e encaminhar propostas para a Pastoral Litúrgica nos regionais, dinamizar o processo de inculturação da liturgia; e partilhar as experiências de cada regional.

JUSTIFICATIVA

Os desafios que emergem da realidade da ação evangelizadora inculturada requerem reflexão e ação planejada em todos os níveis.

RESPONSÁVEIS: Dimensão Litúrgica da CNBB e dos regionais.

DATA/PRAZO: 29 e 30 de Novembro de 2001.

4. Encontro Nacional de Reitores e Agentes de Pastoral dos Santuários

OBJETIVO

Reunir os reitores e agentes de pastoral para intercâmbio de experiências, planejamento comum e aprofundamento da pastoral litúrgica nos santuários; olhar para a liturgia e a religião popular com vistas à inculturação.

JUSTIFICATIVA

Os santuários são, sem dúvida, um grande espaço da liturgia, da celebração do mistério pascal. Juntos, reitores e liturgistas, queremos encontrar a melhor forma para que as celebrações se tornem momentos fortes de evangelização e compromisso missionário.

RESPONSÁVEL: Dimensão Litúrgica e Conselho de Reitores de Santuários do Brasil.

DATA/PRAZO: 20 a 23 de Março de 2000.

5. Encontro de Arquitetos e Artistas Ligados à Liturgia

OBJETIVO

Reunir arquitetos e artistas ligados à arte litúrgica, para que a sua produção artística ajude as comunidades a melhor manifestar o mistério de Cristo.

JUSTIFICATIVA

A Igreja do Brasil já pode contar com um pequeno mas importante número de arquitetos e artistas produtores de arte litúrgica. A partir do encontro já realizado, sentiu-se a necessidade de dar formação litúrgica para os artistas e arquitetos e de criar a comissão nacional de arte sacra, ligada à Dimensão Litúrgica.

RESPONSÁVEL: Dimensão Litúrgica da CNBB.

DATA/PRAZO: Primeiro semestre de 2001.

6. Encontro de Formadores(as) e Formandos(as) em Liturgia nos Seminários e Casas de Formação

OBJETIVO

Promover troca de experiências litúrgicas e buscar novas maneiras de iniciar formandos na vida litúrgica, em especial os futuros presidentes de celebração.

JUSTIFICATIVA

Urge acolher a proposta feita pelo Concílio Vaticano II de que, nos Seminários e Casas de Formação, os jovens sejam convenientemente iniciados na vida litúrgica, de tal maneira que penetrem intensamente no sentido dos ritos e símbolos e participem dos mistérios celebrados de forma plena, consciente e ativa.

RESPONSÁVEL: Dimensão 4 da CNBB, OSIB e Setor de Vocações e Ministérios.

DATA/PRAZO: Segundo semestre de 2001.

7. Curso Ecumênico de Formação e Atualização Litúrgico-Musical (CELMU)

OBJETIVO

Promover uma melhor integração da música na liturgia, mediante preparação adequada dos seus agentes, para que sua função ministerial seja verdadeira expressão do Mistério Pascal.

JUSTIFICATIVA: Faltam agentes qualificados em nossas comunidades, tanto na animação da liturgia quanto do canto.

RESPONSÁVEL

Setor de Música da CNBB; Instituto Metodista de Ensino Superior (São Bernardo do Campo - SP); Centro de Liturgia da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (São Paulo-SP); Faculdade Federal de Música Santa Marcelina (São Paulo-SP); Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC); Coordenação Executiva do Curso.

DATAS/PRAZO: 9ª etapa, 05 a 18 de janeiro de 2000; e 10ª etapa, 04 a 17 de janeiro de 2001.

8. Encontro Nacional de Músicos

OBJETIVO

Avaliar e aprofundar o texto *A Música Litúrgica no Brasil* - Estudos da CNBB 79, (coleção "Estudos da CNBB"- série verde); avaliar o Hinário Litúrgico da CNBB; articular músicos e compositores do canto litúrgico.

JUSTIFICATIVA

Há tempo que os músicos não se encontram, como era de costume. É necessário estudar juntos o texto sobre a música litúrgica, para um “senso comum” na pastoral. Há necessidade de articular os compositores litúrgicos, analisando os critérios da composição litúrgica.

RESPONSÁVEL: Linha 4 e Setor de Música.

DATAS/PRAZO: 11 a 13 de abril de 2000, em Brasília.

9. Encontro Regional de Músicos do Nordeste**OBJETIVO**

Estudar a arte da composição (letra e música); aprofundar o Ciclo Quaresmal e Pascal.

JUSTIFICATIVA: A carência do músico nordestino em teoria musical e na arte da composição.

RESPONSÁVEL: Linha 4 com o Setor de Música e Roberto Lima.

DATAS/PRAZO: Agosto de 2001, em Natal (RN).

3.5. DIMENSÃO DO DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO

Esta dimensão tem por finalidade primeira trabalhar pela unidade entre os cristãos e ampliar o relacionamento da Igreja Católica com outras Igrejas e outras religiões. Em relação aos cristãos, a ausência de unidade “contradiz abertamente a vontade de Cristo, e se constitui em escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa do anúncio do Evangelho a toda criatura”²³. Diante da crescente pluralidade cultural e religiosa e da acentuação da subjetividade, a Igreja precisa estar aberta ao diálogo com as expressões religiosas e culturais contemporâneas e a aceitar os desafios que as mesmas lhe colocam.

Atividades permanentes específicas

- Implantação do *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre Ecumenismo*;
- Celebração e difusão, em todos os meios, da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos;
- Apoio às Comissões Nacionais de Diálogo Bilateral Anglicano-Católico (CONAC) e Luterano-Católico (CONALC);
- Diálogo com as Igrejas da Ortodoxia; com líderes de Igrejas Batistas, pentecostais clássicos e demais grupos evangélicos; e participação em eventos significativos;
- Diálogo e colaboração com organismos ecumênicos: CONIC; Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); CER, KOINONIA, CEBI, CESEP, Pastoral Ecumênica do Menor e outros; OSIB e ASTE; Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI); Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e com Conselhos Nacionais de Igrejas de outros países;
- Contato e apoio à Comissão Nacional de Diálogo Católico-Judaico, aos Conselhos de Fraternidade Cristão-Judaica e a outras formas de relacionamento com a comunidade judaica;
- Diálogo com líderes muçulmanos;
- Estímulo para um diálogo entre líderes judeus, cristãos e muçulmanos;
- Encontros com líderes de religiões indígenas, afro-brasileiras e orientais (antigas e novas) e com líderes espirituais;
- Reflexão sobre o fenômeno dos Movimentos Religiosos Independentes e o pluralismo religioso;
- Reflexão sobre a Maçonaria e atitude doutrinário-pastoral da Igreja Católica;
- Reflexão sobre a atual atitude dos católicos frente ao espiritismo.

Projetos específicos

1. Encontros dos Bispos Responsáveis e Coordenadores do Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso nos Regionais

OBJETIVO

Avaliar e planejar a implementação da Dimensão Ecumênica e do Diálogo Inter-Religioso conforme as orientações da Santa Sé e das DGAE.

JUSTIFICATIVA

Os bispos são os primeiros responsáveis pela promoção do ecumenismo individualmente e colegialmente. A avaliação do processo de reconciliação das Igrejas cristãs e seu impulso requerem um intercâmbio entre os responsáveis nacionais e regionais.

RESPONSÁVEL: Dimensão Ecumênica

DATA/PRAZO: 31/ 01 - 03 de fevereiro de 2000 e fevereiro 2001.

2. Encontro de Professores de Ecumenismo dos Institutos de Teologia

OBJETIVO

Incentivar a formação ecumênica dos seminaristas e dos ministros ordenados e não ordenados, por meio do curso normal e de cursos especiais, como seminários, encontros.

JUSTIFICATIVA

A formação ecumênica, que vem merecendo particular atenção desde o Concílio Vaticano II, é uma das exigências mais urgentes para o futuro do ecumenismo²⁴.

RESPONSÁVEL: Dimensão Ecumênica e Setor Vocações e Ministérios.

PRAZO: 31 de janeiro - 03 de fevereiro de 2000 e 2001.

3. Assembléia Geral da Comissão Nacional de Diálogo Católico-Judaico

OBJETIVO

Articular em nível nacional o diálogo religioso entre católicos e judeus no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Seguindo os rumos do diálogo internacional entre a Igreja Católica e o judaísmo, a Comissão responde à necessidade de alicerçar em sólidos fundamentos teológicos os motivos do relacionamento entre católicos e judeus no Brasil e aprofundar o conhecimento do patrimônio comum.

RESPONSÁVEL: Dimensão Ecumênica.

DATA/PRAZO: Outubro 2000 e 2001

4. Encontros da Comissão Nacional de Diálogo Anglicano-Católico

OBJETIVO

Estimular e orientar as nossas Igrejas para o diálogo ecumênico e incentivar a criação de novos grupos de diálogo anglicano-católicos em várias partes do Brasil.

JUSTIFICATIVA

O diálogo internacional entre a Igreja Católica e representantes da Comunhão Anglicana é muito ativo e prossegue entre avanços e impasses. Num espírito fraterno e de colaboração, as Igrejas no Brasil continuam levando adiante a caminhada ecumênica em busca de comunhão cada vez mais plena.

RESPONSÁVEL: Dimensão Ecumênica.

DATA/PRAZO: Setembro de 2000 e de 2001.

5. Encontros da Comissão Nacional de Diálogo Luterano – Católico

OBJETIVO

Receber os resultados dos diálogos teológicos internacionais e estimular as comunidades locais a progredir na comunhão fraterna e na partilha dos bens espirituais.

JUSTIFICATIVA

O diálogo entre luteranos e católicos tem progredido em todos os níveis, quer por motivo do aprofundamento dos estudos bíblicos e teológicos, quer pela tradicional boa convivência entre eles no Brasil. Sente-se a necessidade de estimular e orientar os fiéis de ambas as Igrejas.

RESPONSÁVEL: Dimensão Ecumênica.

DATA/PRAZO: Junho de 2000 e de 2001.

6. Encontros de Diálogo com Líderes das Religiões no Brasil

OBJETIVO

Conhecer a realidade do Islão e oferecer informações sobre a presença de muçulmanos e suas relações com os cristãos no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O relacionamento positivo já iniciado em alguns lugares está a exigir um desenvolvimento de relações humanas e religiosas que permitam iniciar um verdadeiro diálogo e uma sincera cooperação.

RESPONSÁVEL: Dimensão Ecumênica e do Diálogo Inter-Religioso.

DATA/PRAZO: Dezembro de 2000 e de 2001.

3.6. DIMENSÃO SÓCIO-TRANSFORMADORA

3.6.1. Setor Comunicação

A comunicação, como processo de relações entre pessoas para construir a comunhão, está a serviço de todas as dimensões e setores da CNBB. Sua função transformadora consiste em modificar o relacionamento, tanto interno quanto externo, da Igreja. Por isso, *“devemos interrogar-nos sobre nossa própria linguagem, que conserva traços de uma cultura em grande parte alheia à modernidade e que está sobrecarregada de elementos secundários, relevantes em outras épocas, mas cujo acúmulo hoje arrisca fazer perder de vista o essencial e dificultar a comunicação”*²⁵.

Além disso, constatamos que os Meios de Comunicação Social *“contribuem para modelar a cultura e a mentalidade dos homens e mulheres do nosso tempo”* – e, por isso, temos necessidade de *“usuários críticos”*²⁶. Sendo assim, *“as Igrejas Particulares precisam investir na formação de comunicadores de inspiração cristã, com boa preparação profissional e pastoral, e na própria ação pastoral junto aos comunicadores em geral”*²⁷.

Esse é o melhor caminho para que a comunicação do Evangelho ocorra *“no interior de um diálogo intercultural entre o evangelizador e o sujeito histórico da cultura”*²⁸.

Atividades permanentes específicas

– Apoio aos projetos de democratização da comunicação e de comunicação popular alternativa;

- Estudo e divulgação do Documento 59 *“Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio”*;
- Estimulo à criação de prêmios de comunicação em âmbito regional;
- Preparação e realização do certame Prêmio *Margarida de Prata*;
- Incentivo e participação na reunião anual das editoras católicas;
- Celebração do Dia Mundial das Comunicações e elaboração de um subsídio;
- Estimulo à articulação entre as emissoras de TV católicas e acompanhamento da presença da Igreja na TV;
- Promoção na Igreja, da formação para a telemática e participação no projeto de informatização da CNBB;

Projetos específicos

1. Encontro dos Professores de Comunicação dos Seminários e Casas de Formação

OBJETIVO

Acompanhar e atualizar a formação dos sacerdotes na área da Comunicação.

JUSTIFICATIVA

Em 1995, foi elaborado pelo Setor Comunicação Social o documento orientador “Educação para a Comunicação dos Futuros Sacerdotes do Brasil”. Contudo, é necessário fazer uma avaliação desse documento e da aplicação do projeto de formação dos sacerdotes na área de comunicação, levando em conta os compromissos da 35ª Assembléia Geral da CNBB.

RESPONSÁVEIS: Setor Comunicação, em parceria com o Setor Vocações e Ministérios, OSIB e SEPAC.

PRAZO: 23 a 29 de julho de 2000.

2. Encontro sobre Liturgia e Meios de Comunicação de Massa

OBJETIVO

Refletir e aprofundar, junto aos produtores de programas, as implicações do uso desses meios nas celebrações cristãs, especialmente a celebração da Ceia do Senhor.

JUSTIFICATIVA

Com o crescente uso desses meios para transmitir as celebrações, tem crescido também por parte do episcopado a preocupação com a qualidade da mensagem, a imagem de Deus e da Igreja veiculada. “Mesmo reconhecendo todo o valor pedagógico das missas pela rádio e pela TV, a questão consiste em aprimorar sempre mais as transmissões das celebrações, nos Meios de Comunicação Social, e os conteúdos teológicos-litúrgicos das mesmas.”

RESPONSÁVEIS: Setor Comunicação e Dimensão Litúrgica.

DATA/PRAZO: 11 a 15 de Setembro de 2000.

3. II Mutirão Brasileiro da Comunicação

OBJETIVO

Reunir instituições e comunicadores comprometidos com a construção de uma sociedade solidária a partir dos diferentes espaços da Comunicação.

JUSTIFICATIVA: O evento terá um caráter motivacional e será espaço de reciclagem e de articulação.

RESPONSÁVEL: Setor Comunicação Social, em parceria com entidades afins.

PRAZO: 23 a 29 de julho de 2000.

4. Encontro de Avaliação do Aspecto Comunicacional da Campanha da Fraternidade

OBJETIVO

Reunir agentes da CF com especialistas de Comunicação e pastoral para traçar indicações de renovação nesta área.

JUSTIFICATIVA

É necessário refletir e atualizar essa atividade, nos aspectos comunicacionais, levando em conta a experiência da CF ao longo dos 37 anos de existência e, em especial, a Campanha do ano 2000, que deverá ter aspectos novos e renovadores.

RESPONSÁVEL: Setor Comunicação Social, em parceria com a Secretaria Executiva da CF.

PRAZO: 23 a 29 de julho de 2000.

5. Encontro de Reflexão sobre a Evangelização Inculturada e os Meios de Comunicação Social

OBJETIVO

Oferecer para produtores, editores e diretores que trabalham em meios de comunicação de massa, ocasião para refletir sobre o significado da exigência fundamental da Evangelização Inculturada, o anúncio.

JUSTIFICATIVA

O Documento 59, elaborado pela 35ª AG, estabeleceu como compromisso a busca de consenso junto aos responsáveis pela produção dos meios de comunicação da Igreja.

RESPONSÁVEL: Setor Comunicação Social.

PRAZO: 23 a 29 de julho de 2000.

6. Encontro de Reflexão sobre a Formação do Profissional da Comunicação

OBJETIVO

Oferecer para os educadores das universidades ocasião para discutirem a formação para a ética da solidariedade dentro da área da Comunicação.

JUSTIFICATIVA

É cada vez maior a importância dos jovens profissionais na construção da sociedade. O encontro poderá dar indicações educativo-pastorais e será um momento importante de articulação das várias faculdades.

RESPONSÁVEL: Setor Comunicação Social, em parceria com o Setor Pastoral Universitária.

PRAZO: 23 a 29 de julho de 2000.

7. Criação da Rede de Comunicadores Solidários

OBJETIVO

Criar e manter uma rede de comunicadores voluntários.

JUSTIFICATIVA

A mercantilização da notícia compromete a função social da informação. Para reagir a este processo, o projeto pretende formar cidadãos protagonistas e não apenas consumidores da notícia.

RESPONSÁVEIS: Setor Comunicação Social e UCBC.

PRAZO: 2000/2001.

8. Implantação do Serviço de Notícias Dom Hélder Câmara

OBJETIVO

Implantar, via Internet, uma página com notícias sobre a sociedade e a Igreja para os meios de comunicação de massa.

JUSTIFICATIVA

A Internet cria hoje uma alternativa relevante para a comunicação, tornando-se cada vez mais uma fonte importante de informações. Além de apropriar-se da tecnologia digital, é urgente que a Igreja participe da nova compreensão da realidade que está sendo gerada pela telemática.

RESPONSÁVEIS: UCBC, Setor Comunicação Social, SERIS e CRB.

PRAZO: 2000/2001.

9. Implantação da Agência de Notícias

OBJETIVO

Disponibilizar notícias e análises para os meios de comunicação de massa e para os formadores de opinião.

JUSTIFICATIVA

A partir da credibilidade da Igreja, a CNBB pode prestar um serviço de informação e comunicação que influencie a sociedade, tendo em vista a solidariedade e os valores humanos.

RESPONSÁVEIS: Assessoria de Imprensa e Setor Comunicação Social.

PRAZO: A partir de agosto de 2000.

3.6.2. Setor Educação

A Educação, considerada pela Igreja no Brasil como uma urgência nacional, é um direito fundamental de toda pessoa humana. Favorece o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania. A educação abrange – os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Parte integrante da formação global do ser humano, numa sociedade em contínuas mudanças, é uma mediação privilegiada para a construção de uma sociedade humana, justa e solidária, a serviço da vida e da esperança.

O Setor de Educação da CNBB empenha-se em articular os organismos e/ou entidades envolvidas com a educação para que, no desempenho da missão específica de cada um, sempre considere e privilegie a dimensão educativa global da pessoa humana. Intensificará também esforços na articulação das instituições de educação católica para um trabalho conjunto a serviço da educação.

O Setor de Educação envidará esforços para a implantação e/ou a continuidade e dinamização da Pastoral da Educação nos regionais. Dará especial atenção à educação na escola pública, onde se encontra grande número de professores e alunos pobres.

Atividades permanentes específicas

- Continuação do projeto “Por uma Educação Básica no Campo” (parceria entre CNBB, MST, UNESCO, UNICEF e UnB) e outros;
- Contribuição para a união das entidades da educação católica (AEC, ABESC, MEB, ANAMEC e CONIEC);
- Elaboração do texto-base sobre a PE - 2000.

Projetos específicos

1. 5º Seminário Nacional da Pastoral da Educação (PE)

OBJETIVO

Estudar o texto-base “Pastoral da Educação, Reflexão e Organização” e oferecer subsídios para a implantação dessa pastoral nos regionais e dioceses.

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de sensibilizar e dinamizar os regionais e as dioceses sobre a importância da PE e da missão da Igreja no âmbito da Educação, de acordo com os documentos da própria Igreja.

RESPONSÁVEIS

Setor de Educação, em parceria com Setor de Ensino Religioso e AEC / Brasil.

DATAS: 15 a 17 de junho de 2000.

2. Seminário Nacional “O Educador Cristão - Testemunha da Fé na Escola Pública”

OBJETIVO

Possibilitar uma ampla reflexão nacional sobre o educador cristão como testemunha da fé presente na escola pública. E oferecer subsídios que estimulem o professor cristão a seu ministério evangelizador por meio de sua presença, de sua ação educativa e do seu fazer pedagógico.

JUSTIFICATIVA

A escola pública, na realidade atual, é um espaço que concentra o maior número de professores e alunos pobres. Os professores, em sua maioria, têm carência de orientação e de subsídios que os auxiliem na sua auto-formação, enquanto educadores cristãos, com missão de ser presença de Igreja na escola pública. Os alunos que estudam na escola pública têm o direito de perceber, nos professores cristãos, o testemunho de fé. Portanto, um dos campos importantes da PE é a pastoral junto aos professores católicos que atuam na escola pública.

RESPONSÁVEIS

Setor de Educação da CNBB, em parceria com o Setor de Ensino Religioso, Equipes Docentes, MEB, AEC / Nacional.

PRAZO: Primeiro semestre do ano 2001.

3.6.3. Setor de Ensino Religioso

O Ensino Religioso (ER) se constitui por lei em disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental e é de matrícula facultativa para o aluno e parte integrante da formação básica do cidadão, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo²⁹.

Por meio de seus conteúdos, o ER visa a proporcionar o conhecimento do fenômeno religioso, nas dimensões antropológica, sociológica, psicológica e teológica. Respeitando o dinamismo da cultura contemporânea, contribui, de forma crítica, para uma educação humanizante, personalizadora e transformadora, ajudando o ser humano a recuperar sua dignidade de sujeito e agente da própria história, exercitando a cidadania e a vivência comunitária.

Atividades permanentes específicas

– Acompanhamento e implementação da Lei do ER e atualização das informações.

Projetos específicos

1. Seminário sobre Ensino Religioso e Catequese

OBJETIVO

Refletir sobre as relações entre catequese e ensino religioso, incentivando a colaboração entre os seus agentes.

JUSTIFICATIVA

É oportuno tratar desses assuntos que sempre caminharam juntos na Igreja e se separaram nestes últimos anos.

RESPONSÁVEIS

Setor de Ensino Religioso e GRERE, em parceria com a Dimensão Bíblico-Catequética e o GRECAT, com apoio da CRB, AEC e editoras.

PRAZO: Junho de 2000.

2. Encontro com Bispos Responsáveis pelo ER nos Regionais e o GRERE

OBJETIVO

Continuar a reflexão sobre o ER nos regionais e manter intercâmbio com a coordenação técnico-pedagógica das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, com o Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE).

JUSTIFICATIVA

As mudanças profundas e rápidas que ocorrem na sociedade de hoje, principalmente no campo educacional, com evidente influência no ER, exigem atualização constante, aprimoramento do serviço de assessoria, para ser mais eficaz e eficiente.

RESPONSÁVEIS

Setor de Ensino Religioso e GRERE, com apoio da Dimensão Ecumênica e do Diálogo Inter-Religioso, do Fórum Nacional de Ensino Religioso, de editoras e outras entidades convidadas.

DATA: Agosto de 2000.

3. 13º Encontro Nacional de Ensino Religioso (ENER)

OBJETIVO

Refletir sobre *“O ER no mundo em mudança”*, identificando tendências na história da educação no Brasil e apontando perspectivas para o terceiro milênio, analisando influências dessas mudanças no agir do educando.

JUSTIFICATIVA

A CNBB é pioneira na promoção de encontros nacionais para a formação de professores de ER (ENER). De 1974 a 1998, realizou 12 ENERs, que se constituíram em espaço de reflexão, partilha, formação e intercâmbio de experiências. A celebração dos 500 anos da

história da educação no Brasil é importante motivo para a realização do 13º ENER no ano 2001.

RESPONSÁVEIS: Setor de Ensino Religioso e GRERE, com apoio do CONIC, Secretarias Estaduais de Educação, AEC e outros.

DATA: Agosto de 2001.

3.6.4. Setor Cultura

O processo de planejamento pastoral da Igreja no Brasil tem, sobretudo nos últimos anos, destacado a importância da dimensão cultural na evangelização. O conhecimento das culturas tem se tornado fundamental para a Igreja, que quer anunciar a Boa Nova, respeitando as mais diversas expressões culturais do povo brasileiro.

O Setor Cultura tem por objetivo conhecer e articular as forças vivas produtoras de cultura, de maneira especial aquelas que têm implicações mais diretas no processo evangelizador. Em fidelidade à caminhada pastoral da Igreja no Brasil, privilegiar-se-ão as expressões culturais populares e de resistência dos pobres e excluídos.

Atividades permanentes específicas

- Cadastro Nacional de Colaboradores do Mundo da Cultura;
- Encontros de católicos empenhados no Mundo da Cultura;

Projetos específicos

1. Curso a Distância para Agentes da Pastoral da Cultura

OBJETIVO

Formação a distância de agentes culturais.

JUSTIFICATIVA

A paróquia é a unidade fundamental da presença da Igreja na cidade e tem potencialidades, nem sempre exploradas, como ponto gerador de ações no mundo da cultura. A formação de agentes de cultura, por meio de curso a distância, coordenado pelo Setor, poderá despertar essas potencialidades e contribuir para um maior avivamento das paróquias e de seu relacionamento com o ambiente onde se encontram.

RESPONSÁVEL: Setor Cultura.

DATA/PRAZO: A partir do segundo semestre do ano 2000.

2. Projeto Universidade e Cultura

OBJETIVO

Promover encontros entre universitários e personalidades da Igreja, da Política e da própria Universidade.

JUSTIFICATIVA

A partilha da história e da experiência dessas personalidades com os universitários poderá fazer ressurgir entre eles o idealismo e o encanto pelas ações solidárias, hoje bastante ausentes nesse meio.

RESPONSÁVEIS: Setor Cultura e Pastoral Universitária.

DATA/PRAZO: A partir do segundo semestre do ano 2000.

3. Semana Nacional de Arte e Cultura

OBJETIVO

Promover encontro dos agentes de cultura contatados ao longo do biênio para troca de experiências e reflexão sobre a evangelização inculturada.

RESPONSÁVEIS: Setor Cultura e parcerias a serem definidas.

DATA/PRAZO: Segundo semestre do ano 2001.

3.6.5. Pastoral Universitária

A Universidade, pela sua importância na vida de muitos profissionais e da sociedade toda, é campo privilegiado da ação evangelizadora da Igreja.

Até o presente momento, o Setor é integrado pelas seguintes pastorais:

- a) Pastoral Universitária (PU) – organismo que, com os universitários como protagonistas, organiza o trabalho de evangelização dentro da Universidade, seja ela católica, federal, comunitária ou de outras confissões religiosas;
- b) Pastoral da Universidade (PdU) – as universidades católicas oferecem sua ajuda pastoral aos estudantes, professores e funcionários;
- c) Pastoral na Universidade (PnU) – algumas dioceses se fazem presentes dentro da Universidade, com iniciativas pastorais específicas.

Atividades permanentes específicas

- Nucleação da PU nas universidades que não a possuem;
- Encontros de universitários cristãos.

Projetos específicos**1. 1º Curso de Formação para Agentes de Pastoral nas Universidades****OBJETIVO**

Propiciar condições para o auto-desenvolvimento pessoal, capacitação profissional e efetivo comprometimento com a construção de uma sociedade mais fraterna e solidária, despertando no universitário(a) o espírito de responsabilidade social na construção de uma sociedade mais justa, tomando a opção preferencial pelos pobres como um critério para suas decisões.

JUSTIFICATIVA

Para que o trabalho pastoral seja eficaz, é preciso que seus agentes e participantes conheçam seu meio específico e a sociedade em que a comunidade universitária está inserida.

RESPONSÁVEIS: Setor Pastoral Universitária e parcerias a serem definidas.

PRAZO: A partir do segundo semestre de 2000.

2. 1º Encontro de Agentes que Atuam no Mundo Universitário**OBJETIVO**

Articular as iniciativas existentes, possibilitando a troca de experiências e o crescimento dos agentes.

JUSTIFICATIVA

Considerando que existem vários movimentos e pastorais atuando no meio universitário, sentimos a necessidade de uma partilha de experiências para que possamos crescer conjuntamente e melhor atender as urgências do nosso meio específico.

RESPONSÁVEIS

Setor Pastoral Universitária e parcerias a serem definidas.

PRAZO: A partir do segundo semestre de 2000.

3. 1º Curso de Formação a Distância

OBJETIVO

Qualificar religiosos, leigos e leigas para a formação de lideranças cristãs no mundo da Universidade.

JUSTIFICATIVA

Em virtude da facilidade atual de acesso aos meios disponíveis (Internet, ensino a distância, formação contínua, TV Universitária), é possível minorar a carência de pessoal qualificado para exercer atividades específicas no meio universitário.

RESPONSÁVEIS: Setor Pastoral Universitária e parcerias a serem definidas.

PRAZO: A partir de 2000.

3.6.6. Pastoral Afro-Brasileira

O movimento nacional do povo negro, orientado para a afirmação de sua identidade cultural, tornou-se importante referencial da ação evangelizadora da Igreja. O Papa João Paulo II, na sua visita ao Brasil em 1997, alertou: *“estes brasileiros de origem africana merecem, têm direito e podem, com razão, pedir e esperar o máximo respeito aos traços fundamentais de sua cultura que continuem a enriquecer a cultura da nação, como cidadãos a pleno título”*.

A Pastoral Afro-Brasileira tem por objetivos: animar os grupos negros católicos existentes; incentivar o surgimento de novos grupos, que buscam resgatar sua identidade, numa sociedade e Igreja plural; promover a integração, a articulação dos grupos e das iniciativas, respeitando as suas particularidades; colaborar na construção de uma sociedade justa e solidária, como exercício de cidadania a serviço da vida e da esperança; e testemunhar a fé em profunda comunhão eclesial.

Atividades permanentes específicas

– Acompanhamento da celebração do Dia Nacional da Consciência Negra, dia 20 de novembro.

Projetos específicos

1. Terceira Consulta Ecumênica sobre Teologias e Culturas Afro-Americanas e Caribenhas

OBJETIVO

Analisar e aprofundar, à luz da reflexão teológica, os grandes desafios que a realidade apresenta à pastoral dos povos afro-americanos e caribenhos em âmbito nacional ou regional, no processo de inculturação, ecumenismo e diálogo inter-religioso.

JUSTIFICATIVA

A partir do Concílio Vaticano II, o processo de inculturação da ação evangelizadora da Igreja é considerado como “agudo e urgente” e o ecumenismo e diálogo inter-religioso uma dimensão da vida e do ministério da Igreja.

RESPONSÁVEIS

GTA, Grupo "Atabaque - Cultura Negra e Teologia" e ASETT (Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo).

PRAZO: Ano 2000.

2. VIII Encontro de Pastoral Afro-Americana (EPA)**OBJETIVO**

Refletir sobre a solidariedade como caminho para o desenvolvimento alternativo das comunidades negras da América, ajudando a Igreja a apoiar e criar iniciativas contra o racismo, a discriminação e a exclusão dos negros na sociedade, com posturas explícitas de defesa do seu patrimônio cultural e religioso.

JUSTIFICATIVA

"Se a Igreja na América, fiel ao Evangelho de Cristo, pensa percorrer o caminho da solidariedade, deve dedicar especial atenção àquelas comunidades étnicas que são, ainda hoje, objeto de injustiças e discriminações"³⁰.

RESPONSÁVEIS: SEPAFRO (Secretaria do Departamento Missionário – DEMIS - do CELAM) e GTA.

DATA/PRAZO: 04 a 09 de setembro do ano 2000.

3. Encontros Nacionais de Irmandades Negras**OBJETIVO**

Conhecer a situação atual das irmandades e sua missão no contexto da nova evangelização.

JUSTIFICATIVA

As irmandades cumpriram um papel importante na vida da Igreja nestes 500 anos de evangelização. Na fase atual, entretanto, necessitam de sério, sistemático e orgânico trabalho de articulação à luz das Diretrizes da Evangelização e do processo de inculturação do Evangelho.

RESPONSÁVEIS: GTA.

PRAZO: Um em 2000 e outro em 2001.

4. História da Pastoral Afro no Brasil**OBJETIVO**

Elaborar subsídios, de cunho popular, que apresentem os elementos mais importantes da Pastoral Afro, desde o Concílio Vaticano II.

JUSTIFICATIVA

Verifica-se, em nossas comunidades eclesiais, grande desconhecimento sobre a importância e a história da pastoral Afro na Igreja Católica, dificultando, isso, a eficiência e a eficácia evangelizadoras.

RESPONSÁVEIS: Grupo "Atabaque" e GTA.

PRAZO: 2000-2001.

5. Seminário de Estudos sobre "Abolição da Escravatura - Sim e Não"**OBJETIVO**

Despertar a discussão sobre os aspectos positivos e negativos da Lei Áurea.

JUSTIFICATIVA

Constatam-se, nas comunidades, posições diametralmente opostas a respeito da Lei Áurea, quanto a sua validade e inutilidade em relação à população negra.

RESPONSÁVEIS: GTA, em parceria com outros grupos.

PRAZO: 2000.

6. Cursos de Formação para Agentes da Pastoral Afro

OBJETIVO

Preparação de agentes da Pastoral Afro, negros e não negros, tendo em vista a dimensão missionária em relação aos remanescentes de Quilombos e algumas dioceses africanas.

JUSTIFICATIVA

É necessária uma formação adequada dos agentes, a qual lhes proporcione conhecimentos, novos métodos, novas expressões e novo ardor para a evangelização do povo negro.

RESPONSÁVEIS

COM (Centro de Orientação Missionária - RS), GTA, APN, GRENI, IMA (Instituto Mariama) e Dimensão Missionária da CNBB.

PRAZO: Durante os anos de 2000 e 2001.

7. II Congresso de Entidades Negras Católicas (CONENC)

OBJETIVO

Possibilitar maior entrosamento entre as entidades que atuam junto às comunidades negras.

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se buscar uma pastoral orgânica na qual a diversidade de carismas possa contribuir para reforçar o trabalho em favor da evangelização do povo negro.

RESPONSÁVEIS: Grupo dos Bispos e Padres Negros – IMA e GTA

PRAZO: Durante o ano 2000.

8. Encontro Nacional das Congadas

OBJETIVO

Conhecer a situação atual dos grupos de congadas, destacando os elementos religiosos e culturais a serem valorizados pela ação evangelizadora da Igreja.

JUSTIFICATIVA

Considerando o grande número dos grupos de congadas e a pouca compreensão de seus valores por parte da Igreja, faz-se mister um trabalho de acompanhamento pastoral de suas atividades.

RESPONSÁVEIS: GTA e parcerias.

PRAZO: 2000.

3.6.7. Setor Pastoral Social

Inspirado nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, na Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America* e ainda impulsionado pelo Projeto Rumo ao Novo Milênio, o Setor Pastoral Social, por meio de seus diversos projetos, quer contribuir para a transformação das estruturas sócio-econômicas e político-culturais, objetivando a libertação integral da pessoa humana e a construção de uma sociedade justa e fraterna, segundo o Espírito de Jesus.

Como procedimento metodológico, tratará inicialmente de obter uma compreensão adequada e crítica da realidade, de modo a permitir a formação de um julgamento ético sobre a situação e a formulação de linhas de ação. Quer também manter esse processo articulado com os diversos parceiros da sociedade civil organizada e divulgar o resultado dessa reflexão.

Atividades permanentes específicas

- Estudo e divulgação da Doutrina Social da Igreja e das orientações sociais da Igreja na América Latina e no Brasil, assim como das igrejas particulares;
- Elaboração de análises de conjuntura anuais e avaliação da ação da Igreja no campo social;
- Realização do Grito dos Excluídos.

Projetos específicos

1. I Encontro Nacional da Pastoral Social

OBJETIVO

Fortalecer a dimensão social de toda pastoral em seus diversos níveis e atividades e repensar novos rumos para a Pastoral Social, em face ao Terceiro Milênio.

JUSTIFICATIVA

Após o processo da 3ª Semana Social Brasileira e do Projeto Rumo ao Novo Milênio, sente-se a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os rumos da Pastoral Social no seu conjunto e em suas especificidades.

DATA/PRAZO: Durante o biênio.

2. Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa

OBJETIVO

No espírito do Jubileu 2000, promover um debate nacional sobre o endividamento externo e suas implicações sociais, levando a população a opinar sobre o perdão da dívida externa, mediante a criação de múltiplos fóruns de debate sobre o tema, envolvendo os regionais, dioceses e paróquias.

JUSTIFICATIVA

A 3ª Semana Social Brasileira, ao refletir sobre o resgate das dívidas sociais, colocou em pauta a questão da dívida externa. Realizou-se um simpósio e um tribunal sobre o tema. Trata-se agora de estender o debate ao conjunto da sociedade brasileira, ampliando a participação popular.

DATA/PRAZO: Durante o biênio.

3.6.8. Pastorais ligadas à dimensão social

3.6.8.1. Pastoral da Criança

Objetivo geral

Evangelizar para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância³¹.

Objetivos específicos

O desenvolvimento integral das crianças, promovendo-se, em razão delas, também o de suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, por meio de programas específicos, que sirvam às seguintes finalidades:

- sobrevivência e desenvolvimento infantil;
 - formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários;
 - promoção dos direitos da criança e do adolescente;
 - redução da violência familiar e comunitária;
 - geração de renda para a auto-sustentação das famílias acompanhadas;
 - alfabetização de jovens e adultos em comunidades acompanhadas pela Pastoral da Criança;
 - documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil.
- No cumprimento de seus objetivos, a Pastoral da Criança conta com 112.375 líderes comunitários voluntários, 5.896 equipes de coordenação, que acompanham mensalmente mais de 1.387.270 crianças menores de seis anos e 67.042 gestantes, em todos os Estados e Dioceses, e em 58% das Paróquias do Brasil (dados do 1º trimestre de 1999).

Atividades permanentes específicas

- Aprofundamento da Mística da Pastoral da Criança;
- Participação no controle social das políticas públicas básicas.

Projeto para o biênio: “Educação para a paz - A paz começa em casa”

A Pastoral da Criança lançou, no final de 1999, campanha nacional de prevenção da violência no ambiente familiar, mobilizando cerca de 3 milhões de famílias nos 3.000 municípios onde atua, com o lema: “*A paz começa em casa*”. A Campanha dará ênfase às atividades que integram ações básicas de saúde, segurança alimentar, educação, desenvolvimento da auto-estima e relações humanas intrafamiliares, educação para a afetividade, sexualidade, planejamento familiar e outros, visando criar no ambiente familiar uma cultura de paz.

3.6.8.2. Pastoral Carcerária

Objetivo geral

A Pastoral Carcerária é a presença de Cristo e de sua Igreja no mundo dos cárceres e desenvolve todos os trabalhos que essa presença vem a exigir.

A Pastoral mantém contatos e relações de trabalho e parceria com organismos do Poder Executivo e do Poder Legislativo; com ONGs locais, nacionais e internacionais; com a OEA (Organização dos Estados Americanos); com a Anistia Internacional; com o PRI; com a Human Rights Watch; com a CDH da ONU (Comissão Direitos Humanos das Nações Unidas); com o ICCPC (Pastoral Carcerária Internacional); com o CELAM/DEPAS (Pastoral Penitenciária); e com o MNDH (Movimento Nacional pelos Direitos Humanos). Ela também participa em eventos programados por essas organizações.

Objetivos específicos

- Acompanhar os presos em todas as circunstâncias e atender suas necessidades pessoais e familiares;
- Verificar as condições de vida e sobrevivência dos presos;
- Priorizar a defesa intransigente da vida e integridade física e moral dos presos;
- Checar e encaminhar denúncias de tortura, maus-tratos, corrupção etc., praticados contra os presos;

- Tentar encontrar pistas de encaminhamento para os problemas dos familiares dos presos.

Atividades permanentes específicas

- Visitas e conversas freqüentes com os presos, especialmente quando doentes, nas enfermarias ou nas celas de castigo ou de “seguro”;
- Celebrações e encontros de reflexão (Eucaristia, círculos bíblicos, novenas, CFs...);
- Atenção especial às áreas de muita violência nas prisões;
- Sensibilização das comunidades sobre os problemas dos presos e o valor da Pastoral Carcerária;
- Parceria e relacionamento de trabalho com os Poderes Públicos e com o Ministério Público.

Projetos específicos

1. Projeto “Jubileu 2000”, com as seguintes atividades:

- Planejamento e coordenação do Jubileu dos Presos (9 de julho de 2000) nos regionais e nas dioceses;
- Participação na revisão da Lei de Execução Penal;
- Sugestão de Indulto do Jubileu para os Presos, que a CNBB poderá encaminhar ao Ministério da Justiça;
- Colaboração com a CDH da Câmara dos Deputados na CPI de Tortura no Brasil, prevista para o ano 2000;
- Campanha nacional, em parceria com a CBJP, para conscientização do povo e das autoridades sobre o Conselho da Comunidade e sua efetiva implantação em todas as comarcas que têm presos;
- Colaboração com Anistia Internacional na Campanha Mundial contra Tortura no Ano 2000;
- Colaboração com a ACAT - Brasil para abolir a tortura no país;
- Incentivo a projetos locais ecumênicos da CF - 2000.

2. Projetos para o Biênio 2000 – 2001

- Encontro de Advogados Cristãos ligados à PCr (Países do Cone Sul - CELAM);
- Encontro Nacional dos Coordenadores Regionais, em outubro de 2000, em Minas Gerais;
- Incentivo a SEPASC, ligada à PCr, para que se torne instrumento de trabalho pastoral;
- Campanhas permanentes para implantação do Conselho da Comunidade em todas as comarcas brasileiras que têm presos;
- Campanhas para abolir a prática de tortura contra presos e detidos;
- Organização do Escritório Nacional da PCr em São Paulo.

3.6.8.3. Pastoral do Menor

Objetivo geral

Estimular, à luz do Evangelho, um processo que visa à sensibilização, à conscientização crítica, à organização e à mobilização da sociedade como um todo. A Pastoral promove a participação das crianças e adolescentes como protagonistas desse processo, na busca de uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente empobrecidos e em situação de risco.

Objetivos específicos

- Sensibilizar os vários segmentos da Igreja e da sociedade para posturas e ações efetivas em defesa dos direitos das crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco;

- Estimular o trabalho de base, por meio da metodologia democrático-participativa, desenvolvendo ações capazes de apontar caminhos a serem assumidos pela sociedade e pelo Poder Público;
- Denunciar toda forma de negligência, violência e exploração de crianças e adolescentes.

Atividades permanentes específicas

- Participação na formulação e controle das Políticas Públicas de defesa dos direitos das crianças e adolescentes;
- Ações que favoreçam a implantação e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Divulgação e execução do Projeto Político da Pastoral do Menor.

3.6.8.4. Serviço Pastoral dos Migrantes

Objetivo geral

Suscitar, articular e dinamizar a organização coletiva dos migrantes, à luz de uma evangelização inculturada, que os leve a ser protagonistas da história, na construção de uma sociedade justa e solidária, numa atitude de acolhida às diferenças, sinal do Reino de Deus.

Essa Pastoral tem como diretriz geral incentivar a participação do migrante na construção do projeto popular, na pressão por políticas públicas, para enfrentar a realidade migratória, e dar-lhe apoio a partir da mística da pastoral do migrante, tendo a acolhida como ponto de partida. Seus eixos articuladores são: apoio à luta pela reforma agrária e agrícola e pelos direitos fundamentais; questão de gênero; formação a partir da mística da pastoral dos migrantes; protagonismo dos leigos; mobilização dos jovens; integração com as outras pastorais e setores da Igreja; abertura ao ecumenismo e ao diálogo religioso; parceria com outras entidades, movimentos e organizações da sociedade.

Objetivos específicos

- Lutar pelo protagonismo dos migrantes, formando lideranças e estimulando as várias formas de organização com vistas à conquista de direitos;
- Denunciar as causas que estão na raiz das migrações forçadas, as condições indignas de trabalho e moradia, o desemprego, a discriminação e todas as formas de preconceito e rejeição aos migrantes;
- Abrir canais para a expressão das religiosidades, da cultura, das festas, promovendo a acolhida, o intercâmbio com as origens, visitas pastorais e missões populares;
- Lutar pela construção de uma sociedade onde a vida esteja sempre em primeiro lugar, articulando-se com as demais pastorais e movimentos sociais.

Atividades permanentes específicas

- Acolhida, orientação, assessoria jurídica e integração a grupos organizados dos migrantes e imigrantes;
- Organização da Semana do Migrante em âmbito nacional;
- Realização de atividades culturais, romarias, celebrações, festas pátrias...

3.6.8.5. Serviço à Mulher Marginalizada

Objetivo geral

Ser a expressão de Deus no mundo da prostituição a fim de realizar sinais de libertação e valorização da mulher marginalizada.

Objetivos específicos

- Ser presença solidária junto às mulheres prostituídas;
- Colaborar na promoção das mulheres marginalizadas, possibilitando espaços para os exercícios solidários que as fortaleçam enquanto cidadãs;
- Formar uma rede de apoio na Igreja para contribuir com o reconhecimento do direito à cidadania das mulheres prostituídas;
- Denunciar a exploração sexual das mulheres, principalmente de crianças e adolescentes;
- Promover encontros, seminários, estudos, pesquisas;
- Conscientizar a sociedade acerca da problemática da prostituição;
- Construir e reforçar parcerias com os movimentos populares, entidades de direitos humanos, ONGs e organismos internacionais.

Atividades permanentes específicas

- Visitas aos locais de prostituição;
- Organização de casas de convivência, casas para recuperação de meninas e adolescentes, creches, de cursos profissionalizantes, de orientação de saúde e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de drogas;
- Encontros de mulheres prostituídas e agentes, locais, regionais e nacionais;
- Publicação da revista *“Mulher Liberdade”*.

3.6.8.6. Pastoral dos Nômades

Objetivo Geral

Ser presença de Igreja junto aos nômades e sensibilizar a comunidade eclesial sobre a índole própria de sua cultura, sobre o trabalho da Pastoral dos Nômades do Brasil, visando a um acolhimento digno aos ciganos e aos que trabalham em circos e parques de diversão.

Objetivos específicos

- Realizar esta presença pela evangelização, atendimento religioso dos sacramentos, catequese de preparação e celebrações;
- Incentivar e desenvolver a promoção humana nos aspectos mais fundamentais, respeitando e defendendo os direitos e necessidades da cultura nômade;
- Ajudar para que toda a sociedade saiba respeitar e valorizar a cultura dos nômades, compreender sua situação e dar-lhe digno acolhimento.

Atividades permanentes específicas

- Visitas dos agentes de pastoral, com permanência e convivência junto aos nômades.

3.6.8.7. Pastoral Operária Nacional

Objetivo geral

Contribuir para desencadear e fortalecer uma ação coletiva e mobilizadora dos trabalhadores e trabalhadoras na luta contra a exclusão social e por políticas sociais que os favoreçam, sendo eles protagonistas de uma mudança estrutural, unindo as ações cotidianas com as de massa e incorporando as diversas dimensões da pessoa humana na construção de uma sociedade sem exploração.

Objetivos específicos

- Contribuir para a construção de amplo movimento contra o desemprego e pelo emprego e por políticassociais;
- Priorizar o trabalho sistemático junto à juventude e às mulheres;

- Continuar o processo de formação e capacitação de agentes da PO nos diferentes níveis.

Atividades permanentes específicas

- Socialização de experiências de luta contra o desemprego, de geração de renda e de capacitação profissional;
- Participação em atividades como Grito dos Excluídos, Romaria dos Trabalhadores, 1º de maio, dia da morte do operário Santo Dias da Silva (30/10).

3.6.8.8. Pastoral dos Pescadores

Objetivo geral

Ser presença de gratuidade evangélica no meio dos pescadores, cultivando as sementes do Reino de Deus que existem no meio deles.

Objetivos específicos

- Colaborar com os pescadores nos justos anseios de suas vidas, respeitando suas culturas, estimulando suas organizações e tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade;
- Animar, formar e articular fraternalmente os que trabalham no serviço aos pescadores;
- Lutar para a preservação do seu meio ambiente e da própria categoria.

Atividades permanentes específicas

- Apoio a pequenos projetos de produção e comercialização;
- Parceria com organizações de pescadores - Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

3.6.8.9. Pastoral da Saúde

Objetivo geral

Capacitar os agentes de pastoral e profissionais da saúde para as ações, atividades e atitudes necessárias na evangelização da área, principalmente em face das várias realidades culturais do País, visando à construção de uma sociedade justa e solidária a serviço da vida.

Objetivos específicos

- Favorecer e incentivar os projetos e programas de formação dos agentes da Pastoral da Saúde;
- Difundir as diretrizes da PS-CNBB, aprovadas na III Assembléia da Pastoral da Saúde;
- Elaborar um sistema de informação que permita o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas equipes dessa pastoral nas diferentes regiões.

Atividades permanentes específicas

- Sensibilização da sociedade e da Igreja a respeito do sofrimento humano;
- Participação nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde e nas Comissões de Ética na área da Saúde.

3.6.8.10. Pastoral da Terra

Objetivo geral

A Pastoral da Terra, no seu conjunto de iniciativas, é articulada pela CPT, organismo da CNBB que tem como objetivo ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva junto aos povos da terra, para estimular e reforçar seu protagonismo nas lutas pela reforma agrária e agrícola, à luz da Doutrina Social da Igreja.

Objetivos específicos

- Apoiar as lutas, quando justas, pela terra por parte dos povos indígenas e comunidades negras, as ocupações dos sem terra e a resistência dos posseiros e extrativistas;
- Apoiar uma ampla mobilização nacional pela definição na Constituição Federal de limites justos, da propriedade da terra;
- Apoiar projetos de captação e acesso à água, principalmente para as populações do semi-árido nordestino e a luta das populações ribeirinhas pela preservação dos rios e lagos;
- Reivindicar o direito ao trabalho digno, contra o desemprego, a precarização das condições de trabalho, o trabalho escravo e infantil;
- Participar ativa e organizadamente contra todas as formas de violência e impunidade e da construção de uma Justiça a serviço de todos, em especial dos mais pobres.

Atividades permanentes específicas

- Trabalho de base e convivência fraterna com o povo;
- Formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras e dos agentes;
- Memória dos mártires da terra.

3.6.9. Organismos ligados à dimensão sócio - transformadora

3.6.9.1. Cáritas

A Cáritas Brasileira, testemunhando e anunciando o Evangelho da esperança de Jesus, compromete-se a promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica libertadora, participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do reino de Deus.

Linhas prioritárias

1. Construção e conquista de relações democráticas e de políticas públicas

- Fóruns, conselhos, orçamento participativo;
- Iniciativas de construção de projeto popular para o Brasil;
- Grito dos Excluídos e outras mobilizações populares;
- Campanha Jubileu 2000 (Dívida Externa).

2. Fortalecimento da organização da Cáritas

- Atuação em rede;
- Articulações e parcerias;
- Utilização de pesquisas e banco de dados;
- Intensificação da comunicação;
- Ampliação e fortalecimento das Cáritas diocesanas e paroquiais.

3. Formação de agentes para a prática da solidariedade

- Nas dimensões da cidadania, da mística, de relações de gênero, de uma metodologia participativa e de competência técnica.

4. Valorização e promoção da economia popular solidária

- Projetos alternativos comunitários;
- Redes de produção e comercialização;
- Desenvolvimento sustentável e agroecológico.

5. Atuação em áreas de emergência naturais e sociais

- Pessoas e grupos em situação de risco nas cidades e no campo;
- Desempregados;
- Apoio à luta pela terra.

6. Desenvolvimento da cultura da solidariedade

- Campanha Permanente da Solidariedade;
- Engajamento na promoção da Campanha da Fraternidade.

7. Convivência com o Semi-Árido

- Água de qualidade para consumo humano;
- Políticas públicas para o Semi-Árido;
- Educação para a convivência com o Semi-Árido.

Atividades permanentes específicas

- Animação, organização e desenvolvimento da Campanha Permanente de Solidariedade;
- Elaboração e divulgação de documentos e subsídios sobre o atendimento às comunidades em situações de urgências.

3.6.9.2. CERIS

O CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - é um organismo ligado ao Setor Pastoral Social, fundado em 1962, sob o patrocínio da CNBB e da CRB.

Está estruturado em vários departamentos:

- Departamento de Estatística e Pesquisas Sociológicas (DEPS) – desenvolve duas linhas de pesquisa (uma voltada às temáticas mais amplas na área social e outra à área religiosa) e assessora experiências pastorais, além de produzir sérias estatísticas, informação permanente sobre as instituições eclesiais e editar o Anuário Católico.
- Departamento de Estudos e Atuação Social (DEAS) – analisa e monitora projetos sociais e pastorais em diversas áreas tais como questões de gênero, direitos humanos, segurança alimentar, saúde, crianças e adolescentes, e apóia miniprojetos de iniciativas populares e pastorais.

Objetivo geral

Contribuir com os setores mais pobres e excluídos da sociedade na melhoria de suas condições de vida, por meio do estímulo a reflexões e práticas sociais transformadoras.

Atividades

O CERIS desenvolve inúmeras atividades de pesquisa social e religiosa, de coleta de informações quantitativas sobre a realidade do País e da Igreja Católica, de análise, monitoramento e avaliação de experiências populares e pastorais, de assessoria a movimentos sociais e eclesiais, de financiamento e apoio a pequenas iniciativas.

3.6.9.3. IBRADES

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) foi fundado em 1968 como organismo de assessoria da CNBB na área social. Foi confiado à Companhia de Jesus na

Província do Brasil Central e, desde então, é por ela mantido como um programa operativo, articulado com o Centro de Investigação e Ação Social (CIAS), também uma obra jesuíta já existente desde 1966.

Objetivo geral

Articular Fé e Justiça, a serviço da cidadania, contribuindo para a construção e aprimoramento de uma sociedade democrática, pluralista, justa, solidária e participativa, à luz do Evangelho e do ensinamento social cristão.

Objetivos específicos

- Promover a reflexão crítica, interdisciplinar e de nível acadêmico, sobre questões éticas e/ou de justiça social, buscando a construção da cidadania com vistas a uma sociedade participativa e democrática;
- Oferecer cursos aos membros dos diversos institutos, centros sociais, movimentos, visando ao aprimoramento nas respectivas áreas de ação e liderança, por meio de estudos específicos;
- Propiciar momentos de análise e debate de temas emergentes, visando ao aprofundamento de temáticas surgidas na reflexão e experiência das pessoas envolvidas;
- Criar meios para viabilizar a explicitação e debate de questões conjunturais, na perspectiva da formação sócio-política da promoção da justiça, numa visão cristã da sociedade;
- Oferecer material de pesquisa, principalmente na área social, com vistas a uma compreensão mais ampla da interação entre as estruturas sócio-econômicas e sócio-políticas como fatores culturais e da capacitação de lideranças para intervir lúcida e eficazmente na organização de camadas populares, na busca da construção da cidadania.

O IBRADES trabalha a partir das ciências sociais como fonte de percepção, análise e interpretação da realidade, em diálogo com a Teologia. Opera no universo acadêmico e no campo popular, articulando teoria e prática, pesquisa e experiência. Atua em parceria com outras instituições análogas.

Atividades permanentes específicas

- Animação, organização e desenvolvimento da Campanha Permanente de Solidariedade;
- Elaboração e divulgação de documentos e subsídios sobre o atendimento às comunidades em situações de urgências.

IV. PROGRAMAS DA COORDENAÇÃO GERAL

38ª e 39ª ASSEMBLÉIA GERAL DA CNBB

Descrição: reuniões plenárias, de regionais e inter-regionais, de comissões integradas especiais, de grupos de estudo.

Responsável: Presidência, CEP e Secretariado Geral.

Prazo: abril / maio de 2000 e abril de 2001.

CONSELHO PERMANENTE

Descrição: reuniões plenárias.

Responsável: Presidência, CEP e Secretariado-Geral.

Prazo: agosto e novembro de 2000 e de 2001.

PRESIDÊNCIA E CEP

Descrição: reuniões privativas dos bispos; reuniões abertas com a participação dos presidentes dos organismos e assessores das dimensões e setores da ação pastoral; e sessões de estudo.

Responsável: Secretariado-Geral.

Prazo: mensal.

COMISSÃO EPISCOPAL DE DOCTRINA

Descrição: reuniões ordinárias da Comissão, seminários de estudos, encontros com teólogos, publicação de cadernos de orientação doutrinal, contatos com a Congregação para a Doutrina da Fé, acompanhamento à Presidência, e acompanhamento de publicações teológicas.

Responsável: Comissão Episcopal de Doutrina.

Prazo: quatro reuniões ordinárias anuais, seminários de estudo e encontros.

CONSELHO ECONÔMICO

Descrição: acompanhamento da administração econômica e financeira da CNBB; reuniões mensais, durante a reunião da Presidência e CEP. O Conselho Fiscal realiza sua reunião em março de cada ano.

ASSEMBLÉIA DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS

Descrição: encontro de representantes da CNBB, CRB, CNL, CNIS, CND, CNC.

Responsável: presidências dos organismos.

Prazo: 2001

PRESIDÊNCIAS DE GRANDES ORGANISMOS NACIONAIS

Descrição: 1. reuniões mensais durante a reunião da Presidência e CEP, dos presidentes dos organismos nacionais do Povo de Deus.

2. encontro anual das presidências ou diretorias dos organismos nacionais do Povo de Deus, no mês de junho de cada ano.

Responsável: presidências.

Prazo: de 2000 e 2001

GRUPO DE ASSESSORES (GA)

Descrição: reuniões do Secretário-Geral com os assessores.

Prazo: mensais.

ENCONTROS NACIONAIS DE SUBSECRETÁRIOS REGIONAIS

Descrição: reuniões dos subsecretários dos 16 regionais da CNBB com o Secretário-Geral e os assessores da CNBB.

Prazo: duas vezes ao ano (junho e novembro).

ASSESSORIAS ESPECIAIS E CONSULTORIA

As assessorias especiais estão diretamente ligadas à Presidência e à Secretaria-Geral: 1 - Instituto Nacional de Pastoral (INP); 2 - Consultoria Jurídica; 3 - Assessoria Política; 4 - Assessoria de Imprensa; e 5 - Assessoria de Informática.

1. Instituto Nacional de Pastoral (INP)

Em colaboração estreita com a Subsecretaria de Pastoral, o INP assessora a Presidência, a Secretaria-Geral e os diversos setores e dimensões em assuntos teológico – pastorais.

Suas atividades permanentes se concentraram nas seguintes áreas:

- 1) pesquisa interdisciplinar sobre temas pastorais;
- 2) reflexão teológico-pastoral e acompanhamento da ação evangelizadora no Brasil;

- 3) assessoria permanente à CNBB, em nível nacional, e aos regionais, dioceses, organismos pastorais e assessorias nacionais;
- 4) formação de agentes de pastoral;
- 5) articulação com Faculdades, Institutos de Teologia e outras instituições ou pessoas que se dedicam à reflexão, à pesquisa ou à formação no campo da pastoral;
- 6) coleta, classificação, interpretação e circulação de dados teológicos e pastorais; e
- 7) acompanhamento do serviço da biblioteca da CNBB.

Alguns estudos do Instituto estão publicados nas coleções "Perspectivas Pastorais", da Editora Paulinas, e "Igreja do Brasil", da Editora Vozes.

2. Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica é um serviço permanente, prestado à Presidência e Secretariado-Geral, mas aberta às outras instâncias da CNBB, aos bispos e às demais instituições eclesiais. Atualmente está constituída por duas consultorias: a jurídico-canônica e a jurídico-civil.

2.1. Consultoria Jurídico - Civil

Integrada por 2 advogados e 2 consultores voluntários, a consultoria vem realizando seguidos estudos e reunindo material jurídico sobre as questões que mais diretamente interessam à CNBB e às dioceses, tais como:

- a) a personalidade jurídica das dioceses, diante da legislação civil;
- b) imunidades e isenções tributárias;
- c) Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ, que substituiu o CGC);
- d) organizações sociais anexas ou ligadas à CNBB ou às dioceses;
- e) questões trabalhistas em geral.

A par desse trabalho pessoal, a consultoria tem contado também com outros pareceres e estudos jurídicos, subscritos por advogados especializados, nas questões mais complexas.

Presentemente, ressurgem os debates sobre a necessidade, ou não, de fixação de regras mais claras, em estatuto escrito, acerca do relacionamento da Igreja com a sociedade civil, em face das seguidas exigências do poder público, feitas por meio de instruções normativas.

Igualmente, discute-se a questão institucional das paróquias, em sua relação com as dioceses. A controvérsia reside basicamente nas propostas que vêm sendo apresentadas sobre a questão da descentralização, a partir do cadastramento, perante o fisco (CNPJ), de umas e outras.

Todas as questões acima indicadas voltarão a merecer, no ano 2000, o pronunciamento dos colegiados da CNBB e das dioceses, com o propósito de se encontrar, tanto quanto possível, uma unidade de direção e de rumo.

2.2. Consultoria Jurídico-Canônica

Para o próximo biênio, a consultoria jurídico-canônica tem uma tarefa muito especial: assessorar a comissão episcopal encarregada da revisão e atualização do Estatuto Canônico da CNBB. Ajudará também no aprimoramento das relações oficiais entre a Igreja e o Estado brasileiro.

A consultoria dará continuidade ao atendimento, seja em nível institucional, seja em nível pessoal, com a discricão e reserva que em geral este serviço exige, às consultas canônicas da CNBB e de seus membros.

A consultoria jurídico-canônica procurará participar dos encontros anuais de Juizes Eclesiásticos e da Sociedade Brasileira de Canonistas, que surgiram e se firmaram com o apoio da CNBB, por meio da Consultoria Jurídica.

Além disso, continuará publicando, no *Comunicado Mensal*, informações e documentos jurídicos, de interesse para a Igreja no Brasil ou seus pastores.

3. Assessoria Política à Presidência da CNBB

“... A evangelização é a missão fundamental da Igreja e não é possível o seu cumprimento sem que se faça o esforço permanente para reconhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã ao homem de hoje dinâmica, atraente e convincentemente”³²32.

Objetivos

- manter contato com o Congresso Nacional, acompanhando alguns projetos de maior relevância para a vida nacional e em maior sintonia com a dinâmica eclesial;
- informar a Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), em suas reuniões mensais, assim como as do Conselho Permanente (CP) e a Assembléia Geral (AG), sobre os acontecimentos significativos da realidade, o que se costuma chamar “Análises de Conjuntura”;
- articular-se com os grupos que fazem trabalhos afins, para valorizá-los, somar forças e levar a eles as preocupações da Igreja;
- ser porta-voz das comunidades cristãs, encaminhando suas aspirações às autoridades competentes, fazendo chegar até elas, também, notícias do processo político corrente;
- oferecer aos membros do Congresso Nacional, em contatos pessoais, subsídios para temas de maior interesse e os documentos elaborados pela Igreja;
- propiciar reuniões de parlamentares e membros das entidades civis na sede da CNBB para um convívio fraterno, num clima de diálogo e corresponsabilidade diante dos desafios do País.

4. Assessoria de Imprensa

É um setor do Secretariado-Geral a serviço da Presidência, da Comissão Episcopal de Pastoral, das dimensões, dos organismos nacionais, dos regionais e das dioceses.

Tem como objetivo principal produzir o fluxo de informações jornalísticas da Igreja para a sociedade e captar os temas relevantes atuais, propondo uma reflexão à Igreja. Procura agilizar e aperfeiçoar a informação da Igreja em dois níveis:

- 1) Comunicação interna;
- 2) Comunicação com a sociedade.

Em nível de comunicação interna, a Assessoria:

- Elabora o Boletim Semanal “Notícias”;
- Envia, semanalmente, o encarte “Conjuntura Social e Documentação Eclesial”;
- Mantém contato permanente com os meios de comunicação da Igreja, enviando-lhes documentos e atendendo a outras solicitações;
- Coordena o serviço de Arquivo e Documentação de Jornais;
- Mantém constante comunicação com os regionais da CNBB;
- Desenvolve um serviço de informações breves do momento com regionais, dioceses, paróquias, arquidioceses, organismos, editoras, imprensa católica, pastorais e subsecretários;
- Elabora e divulga diariamente o resumo “Notícias dia-a-dia”;
- Participa do grupo de reflexão sobre comunicação da CNBB.

Em nível de comunicação com a sociedade:

- Mantém contato freqüente, por telefone, fax, e-mail e pessoalmente, com profissionais da comunicação;
- Atende aos pedidos dos meios de comunicação para encaminhar entrevistas, artigos de autoria de bispos ou agentes de pastorais;
- Promove entrevistas coletivas na sede da CNBB, durante as reuniões mensais da Presidência e CEP, e outras ocasionais, como lançamentos da CF, divulgação de documentos, Conselho Permanente e outros;
- Prepara e coordena o serviço de Assessoria de Imprensa durante a Assembléia Geral dos Bispos e em outros acontecimentos nacionais.

Projetos específicos

1. Imagem pública da Igreja

Objetivo

Tornar visível para a opinião pública a imagem da Igreja, no contexto da sociedade brasileira; cultivar a credibilidade de que goza a Igreja junto à opinião pública; apresentar a Igreja à sociedade de modo mais visível, transparente, colaborando no discernimento ético, em especial no que se refere aos direitos humanos.

2. Programa semanal

Objetivo

Criar um programa semanal de TV para a Rede Vida e outras redes de TV católicas, com a apresentação da vida da Igreja no Brasil (CNBB).

3. Assessoria de Informática

O seu objetivo é assessorar tecnicamente o Secretariado Geral da CNBB no planejamento e desenvolvimento das atividades de informática, de modo a implantar e manter os sistemas e recursos técnicos necessários e adequados ao desempenho das suas atribuições institucionais. Particularmente, caberá à Assessoria de Informática propor o processo de informatização da CNBB, especificando as tecnologias, equipamentos e programas de banco de dados e de rede de comunicação de dados, para permitir o acesso às informações e documentos de interesse da Igreja no Brasil, e manter a compatibilidade com a Rede Informática da Igreja na América Latina, proposta pelo Pontifício Conselho das Comunicações Sociais e pelo Conselho Episcopal Latino-americano.

Atividades permanentes

- Efetuar o levantamento das necessidades de informatização dos diversos setores da CNBB;
- Elaborar e manter atualizado o plano de informatização do Secretariado-Geral, especificando os equipamentos, o "software" básico, os sistemas a serem desenvolvidos, os prazos e custos de implantação;
- Estabelecer normas de procedimento para a manutenção dos sistemas operacionais, dos sistemas aplicativos e dos equipamentos;
- Elaborar e propor o plano de treinamento dos responsáveis pela operação dos sistemas, de modo a obter o maior proveito dos recursos técnicos disponíveis;
- Possibilitar o acesso às bases de dados da RENPAC (Rede Nacional de Pacotes) da EMBRATEL, e do NODO ALTERNEX do IBASE;
- Implantar e manter o sistema de editoração eletrônica (desktop publishing), a fim de permitir a preparação dos textos das publicações a serem impressas.

ANEXOS

Anexo 1. O PROJETO DE EVANGELIZAÇÃO “RUMO AO NOVO MILÊNIO”

Em abril de 1996, na 34ª AG da CNBB, o episcopado nacional aprovou o Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao Grande Jubileu do ano 2000. Três eventos dão sustentação ao texto do PRNM:

- 1º) A Carta Apostólica “Tertio Millennio Adveniente”, do Papa João Paulo II, lançada em 1994;
- 2º) As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1995-1998, aprovadas em 1995 pelos bispos do Brasil;
- 3º) O 5º Congresso Missionário Latino-Americano – o COMLA 5, realizado em Belo Horizonte, também em 1995.

Logo na sua apresentação, os bispos afirmam: “O principal objetivo do Projeto é suscitar em todos novo ardor e coragem na missão de evangelizar, capazes de criar novas expressões para que a mensagem salvífica de Jesus Cristo seja mais conhecida e, conseqüentemente, seguida com amor e generosidade, especialmente pelos jovens”.

O ano de 1996 foi dedicado a ampla campanha de sensibilização de todas as forças vivas da Igreja para que assumissem plenamente o Projeto. No Advento daquele ano, na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, aconteceu a celebração de abertura do Projeto. Candelária foi escolhida porque está marcada pelo triste acontecimento da chacina dos menores de rua e o Projeto quer envolver toda a Igreja na preparação de um Novo Milênio de paz e sem qualquer forma de violência.

Da Carta Apostólica “Tertio Millennio Adveniente”, o PRNM tomou o cronograma temático; das DGAE, o conceito de Evangelização Inculturada, com suas quatro exigências intrínsecas (serviço, diálogo, testemunho de comunhão e anúncio); do COMLA 5, todo seu ardor missionário. Desta forma, o PRNM traçou metas claras para cada ano.

1997

A Pessoa da Trindade: o Filho – Jesus Cristo.
 O Evangelho próprio do ano B da liturgia: segundo Marcos.
 A virtude teologal: a fé.
 Maria: modelo de quem crê.
 O sacramento: o Batismo.
 Na linha dos direitos a serem defendidos: os civis.
 Campanha da Fraternidade: combate à exclusão.
 Na perspectiva missionária: formação de evangelizadores.

1998

A Pessoa da Trindade: o Espírito Santo.
 O Evangelho próprio do ano C da liturgia: segundo Lucas.
 A virtude teologal: a esperança.
 Maria: modelo de quem sabe nutrir a esperança.
 O sacramento: a Confirmação.
 Na linha dos direitos a serem defendidos: os sociais.
 Campanha da Fraternidade: direito à educação.
 Na perspectiva missionária: Missões Populares.

1999

A Pessoa da Trindade: o Pai – Deus Criador.
 O Evangelho próprio do ano A da liturgia: segundo Mateus.
 A virtude teologal: a caridade.
 Maria: modelo de quem sabe viver a caridade.
 O sacramento: a Reconciliação.
 Na linha dos direitos a serem defendidos: os econômicos.
 Campanha da Fraternidade: direito ao emprego.

Na perspectiva missionária: missão ad gentes e além de todas as fronteiras.

2000

A Pessoa da Trindade: as três - a Glorificação da Santíssima Trindade.

O Evangelho: segundo João.

A virtude teologal: as três – fé, esperança e caridade.

O sacramento: a Eucaristia.

Na linha dos direitos a serem defendidos: a dignidade e a soberania dos povos
cancelamento das dívidas externa e interna.

Na perspectiva missionária: solidariedade e missionariedade.

O Projeto procurou, segundo sua maneira de entender a evangelização, promover um espírito de diálogo com a cultura, com outras Igrejas cristãs e com outras religiões. Dessa forma, o ecumenismo marcou profundamente a execução do PRNM, culminando, no ano 2000, com a Campanha da Fraternidade assumida pelo CONIC.

O esquema geral foi esse, mas o PRNM contou com uma recepção fortemente criativa da parte das pastorais e Igrejas locais.

Avaliação

Na realidade, não temos uma avaliação profunda e detalhada da execução do PRNM. Foi feita uma bastante simples pelos regionais, a qual revelou que quase todas as dioceses assumiram o Projeto. As dioceses aderiram ao PRNM, porém não à sua proposta total.

Algumas o tomaram mais na linha sacramental, outras na reflexão evangélica, outras, ainda, na sua dimensão mais social e outras no seu ardor missionário. Sendo assim, tivemos inúmeras dioceses promovendo as Missões Populares, com intensas visitas a todas as casas. Os regionais revelaram que o processo da 3ª Semana Social Brasileira foi assumido por outras tantas dioceses.

Merecem destaque, também, as iniciativas no campo litúrgico - melhor preparação das celebrações da Eucaristia, da Palavra e dos sacramentos; resgate do valor do ciclo litúrgico. Sem sombras de dúvidas, a Dimensão Ecumênica conseguiu sair da estaca zero em que se encontrava, quando da avaliação das Diretrizes, em 1993. Foram mais valorizadas as Semanas de Oração pela Unidade dos Cristãos e outras iniciativas no campo da aproximação aos nossos irmãos de outras igrejas. Um grande número de paróquias e dioceses realizou a pesquisa de reconhecimento da realidade, proposta pelo Projeto.

Dessa iniciativa, não conseguimos realizar uma grande síntese, pois nem todas as dioceses nos enviaram seus resultados. Porém, das pesquisas recebidas, pudemos levantar algumas conclusões interessantes. Por exemplo, as 37 dioceses que nos enviaram suas respostas contam com uma população de 24.745.973 habitantes, 1.706 padres ativos no serviço pastoral (um para 14.505 habitantes) e 128.603 agentes de pastoral leigos, ou seja, cerca de 75 agentes por padre, ou 113 agentes por paróquia e pouco menos de 13 (12,7) por comunidade.

Subsídios Nacionais

A grande produção de subsídios em âmbito nacional foi um fator preponderante na implementação e divulgação do PRNM. Eles não inibiram (e, em muitos casos, incentivaram) a criatividade local, pois muitos outros subsídios foram produzidos nos mais diversos âmbitos eclesiais: comunidades, paróquias, dioceses e regionais. Os subsídios nacionais tentaram contemplar todas as dimensões e exigências da evangelização, indo do diálogo com o mundo da cultura à espiritualidade para os dias de hoje; dos roteiros para as celebrações litúrgicas à reflexão do Evangelho de cada ano. A aceitação foi bastante ampla. As reclamações vieram em ordem de maior antecedência e melhor divulgação dos mesmos. Houve quem os achasse numerosos demais. Outros

querem mais subsídios audiovisuais (vídeos etc.) e mais uso dos MCS (TV, rádio, imprensa...).

Limites

Depois de três anos de vigência propriamente dita do PRNM, podemos afirmar que o grande desafio inicial permanece: como transformar (ou converter?) as comunidades eclesiais em comunidades evangelizadoras, missionárias? Como atingir, de maneira mais decisiva e qualificada, as pessoas que estão afastadas? É claro que a situação hoje é bastante diferente de três ou quatro anos atrás. Constata-se um número muito maior de frequentadores das missas dominicais e de outras atividades da Igreja. O Projeto tem sua cota de responsabilidade por esse resultado, mas não podemos ser ingênuos ou presunçosos, atribuindo apenas a ele esse sucesso. Há inúmeros fatores para esse renascer da busca pelo sagrado que vão desde o desencanto com as promessas da razão até a atuação dos novos movimentos católico-pentecostais na mídia. Nas avaliações realizadas, porém, todos reconheceram que o Projeto deu um grande impulso missionário às comunidades e pastorais.

Interrogações

Quando o PRNM entra na sua fase final, algumas interrogações lhe são colocadas, como desafios, que exigem de todos muito mais que respostas superficiais. A título de exemplo, podemos refletir sobre as que seguem:

- As comunidades se habituaram a preparar bem suas celebrações usando roteiros de homilias e de animação litúrgica. Devem ser mantidos os subsídios nacionais para a liturgia dominical e a reflexão sobre o Evangelho? Ou devem ser substituídos por outros, ou suprimidos?
- A pastoral se tornou mais aberta às perspectivas da evangelização. Como aprofundar a busca por uma evangelização inculturada e que ajude as pastorais a se articularem, evitando toda e qualquer departamentalização?
- A evangelização vem sendo compreendida, aos poucos, de maneira mais integral, favorecendo uma melhor articulação entre fé e vida. Como incrementar a formação de quadros que atuem nos mais diversos âmbitos da sociedade civil?
- As Diretrizes da Igreja no Brasil, com o PRNM, são melhor operacionalizadas. Que decisão tomar, depois de 2000, em relação às novas DGAE para garantir sua incidência na pastoral concreta das igrejas locais?
- O valor do Ano Litúrgico foi ressaltado, com maior aproveitamento das leituras dominicais dos anos A, B e C, e conhecimento mais orgânico e aprofundado dos evangelistas. Será oportuno manter o esquema de destacar um livro bíblico por ano para a reflexão de todas as comunidades?
- O PRNM favoreceu a passagem em muitas comunidades de um clima de resignação e pessimismo, face ao afastamento de muitos fiéis, a uma atuação mais destemida e esperançosa na evangelização. Que programa oferecer na linha do aprofundamento da formação sistemática e permanente dos fiéis cristãos?
- O PRNM criou condições para uma maior articulação entre as dimensões da CNBB e favoreceu um dinamismo maior na organização pastoral de muitas igrejas locais. O que oferecer, agora, com relação à organização da pastoral e às diversas formas de expressão da comunidade eclesial? (renovação da paróquia? multiplicação e melhor articulação de CEBs, grupos e movimentos? atendimento personalizado? programas para os meios de comunicação de massa? melhor distribuição dos recursos humanos nas dioceses? novos ministérios?)
- O ecumenismo começou a preparar seus avanços, como a Campanha da Fraternidade do ano 2000, que será ecumênica. Como manter essa tendência de um maior acercamento das outras igrejas e religiões?

Anexo 2. CELEBRAÇÃO DO GRANDE JUBILEU DO ANO 2000

Os cristãos contam os anos de nossa história a partir do nascimento de Jesus Cristo. Assim chegamos ao ano 2000. Estamos nos aproximando do novo milênio. A humanidade continua em busca de um novo tempo de paz, de justiça, de fraternidade. Dois mil anos se passaram e ainda temos muito a fazer para que se realize o Reino do Amor e da Paz. Mas temos muitos motivos de esperança. Nunca a humanidade teve ao seu alcance tantos recursos técnicos e materiais como hoje. O que lhe falta para encontrar o caminho certo? Empenho e solidariedade para construir um mundo novo? Dois mil anos depois de seu nascimento, Jesus Cristo aparece mais do que nunca como o Caminho, a Verdade e a Vida por quem a humanidade anseia.

Ajudando a humanidade a dar resposta a essas perguntas, a CNBB acolheu rapidamente a proposta do Papa João Paulo, expressa na sua Carta apostólica "*Tertio Millenio Adveniente*", para a preparação do Grande Jubileu do ano 2000. Desta forma, ela aprovou o Projeto de Evangelização Rumo ao Novo Milênio que teve ampla aceitação, praticamente na totalidade da comunidade eclesial. Agora, às portas do Ano Jubilar, a CNBB tentou articular seu calendário de atividades com os principais eventos promovidos pelo Comitê Central de Roma, bem como com a celebração dos 500 anos de evangelização no Brasil.

Elegeu alguns pontos básicos para criar um ambiente favorável para a celebração do Grande Jubileu. São eles: dedicação do ano Jubilar à Santíssima Trindade, ao Evangelho de João, ao sacramento da Eucaristia; a Campanha da Fraternidade será Ecumênica e alguns eventos sobre as dívidas internas e externas do País.

Seguem alguns eventos principais:

Abertura do Jubileu 24 e 25.12.1999
 Natal de N. S. Jesus Cristo 25.12.1999
 Vigília do ano 2000 31.12.1999
 Campanha da Fraternidade Ecumênica
 08.03. a 16.04.2000
 Jubileu da Mulher 25.03.2000
 Dia dos Povos Indígenas – Celebração em Manaus - AM 19.04.2000
 Sexta-Feira Santa – Celebração do pedido de perdão pelos pecados cometidos pelos cristãos ao longo dos 500 anos de evangelização 21.04.2000
 Páscoa da Ressurreição 23.04.2000
 Assembléia Geral da CNBB 26.04. a 03.05.2000
 Celebração de Ação de Graças – 500 anos – Porto Seguro 26.04.2000
 Celebração de Ação de Graças – 500 anos – nas comunidades 30.04.2000
 Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
 05 a 11.06.2000
 Festa de Corpus Christi 22.06.2000
 Semana da Família 13 a 20.08.2000
 Grito dos Excluídos 07.09.2000
 Dia Mundial das Missões 22.10.2000
 Jubileu da Juventude 29.10.2000
 Dia da Consciência Negra – Celebração em Salvador – BA 20.11.2000
 Primeiro Encontro Nacional dos Movimentos Eclesiais – Goiânia - GO 26.11.2000
 Celebração do Natal – 2000 anos de Jesus Cristo
 25.12.2000
 Vigília do Novo Milênio 31.12.2000
 Encerramento do Ano Jubilar 06.01.2001

Nota:1

CNBB, DGAE, doc. 61, n.63: "A segunda indicação a ressaltar é a presença, na caminhada pastoral, de *algumas constantes* que marcaram o período pós-conciliar e que serão referências relevantes também para os próximos anos. Entre elas destaca-se uma metodologia pastoral que, na forma do "Ver-Julgar-Agir" ou de outra maneira, sempre procura *ligar fé e vida*, reflexão teológica e análise da realidade, ideal evangélico e consideração realista das condições humanas. Essa perspectiva metodológica foi e continuará se enriquecendo, na medida em que perceber melhor as diferenças entre as culturas, apreciando os valores de cada uma e

aprofundando a *inculturação* do Evangelho. Tal perspectiva conduziu, ainda antes, à procura da solidariedade dos evangelizadores com o povo e à opção preferencial pelos pobres, numa atitude dinâmica de busca da transformação da sociedade desigual e injusta. Nessa busca construtiva de uma sociedade mais justa e fraterna, a serviço da vida e da esperança, o Povo de Deus é o *sujeito da evangelização* e da sua própria libertação. Assim a Igreja continua a missão de Cristo, enviado para “evangelizar os pobres”, abrir os olhos e os ouvidos, libertar os oprimidos. Convém, enfim, ressaltar que os Planos e Diretrizes das últimas décadas visaram a eficácia pastoral, desenvolvendo nas Igrejas Particulares e entre elas a comunhão e a participação, a colegialidade e a corresponsabilidade”.

Nota:2

CNBB, DGAE, doc. 61, n. 61: “A evangelização nesses novos contextos exige, além da renovação das atuais estruturas pastorais e a criação de novas que correspondam às exigências de uma nova evangelização, novo ardor, novos métodos, novas expressões e, sobretudo, uma espiritualidade que torne a Igreja cada vez mais missionária”.

Nota:3

CNBB, DGAE, doc. 61: Novos desafios da realidade. Sumário:

– Diante das mudanças profundas e rápidas que caracterizam a sociedade de hoje, o evangelizador não deve cair na incerteza ou no imediatismo, mas se esforçar para compreender os novos desafios.

1. Mudanças sócio-econômicas recentes

– A inserção do Brasil na economia “globalizada” e suas conseqüências: dívida externa; crise da moeda; novos desafios.

– A realidade brasileira nos anos 90: população; redução da natalidade; migrações; urbanização; crescimento das cidades médias; concentração da renda; aumento do trabalho feminino e de menores; economia informal; pobreza; índice de desenvolvimento humano; educação; crime e violência.

2. Causas das mudanças e perspectivas

– Novo contexto internacional; enfraquecimento do Estado e dos partidos; obstáculos à participação; aumento da violência; exclusão; desemprego.

– Por uma retomada do primado da política sobre a economia.

3. Mudanças culturais

– Características do processo de modernização; tecnologia e consumismo; crise atual da modernidade ou pós-modernidade; pluralismo cultural; individualismo.

– Resistências culturais e avanço da modernidade nas grandes cidades e entre os jovens.

4. Crise ética

– Crise da ética pública e subjetivismo ético na vida privada.

– As conseqüências negativas do relativismo ético e a necessidade de conciliar liberdade e verdade.

5. Pluralismo religioso

– A religiosidade continua fortemente presente na cultura brasileira, mas se acentua o pluralismo das crenças.

– Um quadro da situação: o número dos católicos; a diferenciação interna do catolicismo; as outras religiões; as grandes cidades; as diferenças regionais.

– Uma análise qualitativa aponta três tendências: 1) a religião “invisível” (sem práticas externas), intimista e individualista; 2) a religião sectária, fundamentalista e rigidamente enquadrada; 3) a permanência nas Igrejas tradicionais, mas em forma “renovada”.

– Novas tendências sob o impacto da mídia.

– Um quadro complexo – sócio-cultural e religioso – desafia a evangelização.

Nota:4

cf. **DGAE, Documentos da CNBB 61, n.303:** “Seguindo as Diretrizes anteriores, reafirmamos como úteis para a articulação os seguintes princípios:

a) o da *variedade-complementaridade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades, como num corpo vivo, onde se realiza a “comunhão orgânica” entre seus membros;

b) o da *autonomia*, que garante a cada um dos membros do corpo eclesial o direito a cultivar a própria identidade e o próprio carisma, evitando o nivelamento;

c) o da *subsidiariedade*, que atribui às pessoas e às comunidades intermédias a maior autonomia possível, em tudo o que elas podem fazer, sem recurso a níveis superiores a não ser quando necessário. A aplicação desse princípio exige a descentralização da organização e, em muitos casos, uma redistribuição de tarefas e responsabilidades;

d) o da *participação responsável*, que pretende envolver o maior número possível de interessados na reflexão, decisão, execução e avaliação. Ao mesmo tempo, a participação exige uma definição clara das competências e responsabilidades”.

Nota:5

EA, n. 44: “A doutrina do Concílio Vaticano II sobre a unidade da Igreja, como Povo de Deus reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, destaca que são comuns à dignidade de todos os batizados a imitação e o seguimento de Cristo, a comunhão recíproca e o mandato missionário. É necessário, portanto, que os fiéis leigos se conscientizem de sua dignidade de batizados. Por seu lado, os Pastores tenham profunda estima «do testemunho e da ação evangelizadora dos leigos que, inseridos no Povo de Deus com espiritualidade de comunhão, conduzem os irmãos ao encontro com Jesus Cristo vivo. A renovação da Igreja na América não será possível sem a presença ativa dos leigos. Por isso, lhes compete, em grande parte, a responsabilidade do futuro da Igreja.

Duplo é o âmbito em que se realiza a vocação dos fiéis leigos. O primeiro, e mais condizente com o seu estado laical, é o das realidades temporais, que são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus. De fato, com seu peculiar modo de agir, o Evangelho é levado dentro das estruturas do mundo e, agindo em toda parte santamente, consagram a Deus o próprio mundo». Graças aos fiéis leigos, a presença e a missão da Igreja no mundo se realiza, de modo especial, na variedade dos carismas e ministérios que possui o laicato. A secularidade é a nota característica e própria do leigo e da sua espiritualidade, que o leva a agir nos vários âmbitos da vida familiar, social, profissional, cultural e política, em vista da sua evangelização. Num Continente em que convive a competição e a agressividade, o consumo desenfreado e a corrupção, os leigos são

chamados a encarnar valores profundamente evangélicos como a misericórdia, o perdão, a honestidade, a transparência de coração e a paciência nas situações difíceis. Dos leigos espera-se uma grande força criadora em gestos e obras que manifestem uma vida coerente com o Evangelho».

A América necessita de cristãos leigos em grau de assumir cargos de dirigentes na sociedade. É urgente formar homens e mulheres capazes de influir, segundo a própria vocação, na vida pública, orientando-a para o bem comum. No exercício da política, considerada no seu sentido mais nobre e autêntico de administração do bem comum, aqueles podem encontrar o caminho da própria santificação. Em vista disso, é necessário que sejam formados quer nos princípios e nos valores da doutrina social da Igreja, quer nas noções fundamentais da teologia do laicato. O conhecimento mais profundo dos princípios éticos e dos valores morais cristãos lhes permitirá tornar-se paladinos no seu ambiente, proclamando-os inclusive em relação à assim chamada «neutralidade do Estado».

Um segundo âmbito no qual muitos fiéis leigos são chamados a trabalhar é aquele que se poderia definir «intra-ecclesial». São muitos os leigos na América que nutrem a legítima aspiração de contribuir com os seus talentos e carismas «na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitantes de enfermos ou de detentos, animadores de grupos etc.». Os Padres Sinodais fizeram votos de que a Igreja reconheça algumas dessas tarefas como ministérios laicais, baseados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, ressalvada porém a especificidade própria dos ministérios do Sacramento da Ordem. Trata-se de um tema vasto e complexo para cujo estudo, já há algum tempo, constitui uma específica Comissão, e sobre o qual os Organismos da Santa Sé têm vindo aos poucos oferecendo algumas diretrizes. É necessário promover a profícua colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres, bem preparados nas diversas atividades dentro da Igreja, evitando, contudo, que haja confusão com os ministérios ordenados e com as ações próprias do sacramento da Ordem, para distinguir claramente o sacerdócio comum dos fiéis daquele ministerial.

A esse propósito, os Padres Sinodais sugeriram que as tarefas confiadas aos leigos sejam bem «diferenciadas das que constituem etapas em direção ao ministério ordenado», e que os candidatos ao sacerdócio recebam antes do Presbiterado. Foi também observado que tais tarefas laicais «não devem ser conferidas a não ser a pessoas, homens ou mulheres, que receberam a formação requerida, segundo critérios precisos: uma certa constância, uma disponibilidade real em relação a um determinado grupo de pessoas, a obrigação de prestar contas ao próprio Pastor». De qualquer forma, mesmo devendo-se estimular o apostolado intra-ecclesial, é preciso que este coexista com a atividade própria dos leigos, em que eles não podem ser substituídos pelos sacerdotes, isto é, o campo das realidades temporais".

Nota:6

Codina, Victor, SJ. *Creio no Espírito Santo* Pneumatologia narrativa. São Paulo, Paulinas, 1997.

Nota:7

CNBB: *Plano de Pastoral de Conjunto*, Rio de Janeiro, Livraria Dom Bosco Editora, 1966.

Nota:8

Secretariado para os não-cristãos, *A Igreja diante dos seguidores de outras religiões*, 10.6.1984.

cf. SEDOC, 17, 1984, n. 13: "A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, mas complexa e articulada. Podem ser indicados os seus elementos principais. A missão é constituída já pela simples presença e pelo testemunho vivo da vida cristã (cf. EN 21), mesmo se deve reconhecer que "levamos este tesouro em vasos de argila" (2Cor 4,7), e por isso a diferença entre o modo como o cristão aparece, existencialmente, e aquilo que afirma ser, nunca desaparece. Há, depois o empenho concreto ao serviço dos homens e toda a atividade de promoção social e de luta contra a pobreza e as estruturas que a provocam.

Há a vida litúrgica, a oração e a contemplação, testemunhas eloquentes de uma relação viva e libertadora com Deus vivo e verdadeiro que nos chama ao seu Reino e à sua glória (cf. At 2,42).

Há o diálogo, no qual os cristãos encontram os que seguem outras tradições religiosas para caminhar em conjunto em direção à verdade e colaborar em ações de interesse comum. Há o anúncio e a catequese, quando se proclama a boa notícia do Evangelho e se aprofundam as suas conseqüências para a vida e para a cultura. Tudo isto faz parte do conceito amplo de missão".

Nota:9

A "**índole secular**" (ou **secularidade** ou **laicidade**, como alguns preferem) pode ser considerada em quatro sentidos. Há, em primeiro lugar, uma "**laicidade**" do próprio mundo. É a sua consistência própria, a sua autonomia em relação à Igreja, a sua busca de formas de organizar a convivência humana – com critérios e por caminhos que a sociedade civil vai elaborando e compondo em consensos mais ou menos parciais: "as coisas criadas e as mesmas sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem". Há, em segundo lugar, uma "**laicidade**" da própria Igreja. Afinal, a Igreja toda – e não só os leigos e leigas – está no mundo e participa de suas atividades em todos os campos, embora sejam bastante diversificadas as relações dos membros da Igreja com as atividades familiares, econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas que tecem a sociedade humana. Evidentemente, há uma "**índole secular**" própria e peculiar dos leigos e leigas, como *Lumen Gentium* 31 descreve com propriedade. É neste sentido que, com muito realismo, o Concílio liga a vocação dos cristãos "**especialmente**" com o mundo: "Os leigos, porém, são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde, apenas através deles, ela pode chegar como sal da terra. Assim, todo leigo, em virtude dos próprios dons que lhe foram conferidos, é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento vivo da própria missão da Igreja". A Exortação *Evangelii Nuntiandi* é mais pormenorizada ao apresentar a missão do leigo no mundo: "**O campo próprio de sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado** da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos "mass media" e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento". E deve haver – se quisermos ser coerentes com a mensagem cristã e dignos de crédito na sociedade moderna e pluralista – uma "**laicidade na Igreja**", que consiste em viver na Igreja aqueles valores (chamados de "laicos" no Ocidente, mas que na verdade têm origens cristãs) que são a referência ideal da convivência na sociedade civil (liberdade, fraternidade, solidariedade, igualdade) e que são pregados pela Igreja, mas nem sempre têm plena cidadania na vida e nas relações intraeclesiais".

Nota:10

CNBB, DGAE, doc. 61, n.297: “A formação dos evangelizadores, hoje tão solicitada, tem como centro e fonte de dinamismo o mistério de Cristo e exige principalmente:

a) *capacidade de “dar conta da própria esperança”*. Por isso é necessária uma formação específica quanto aos conteúdos fundamentais da fé e da moral católicas, que ajude a compreender e a explicitar melhor a vivência do mistério cristão, que fez surgir a vocação do evangelizador. Referência privilegiada dessa formação será o novo Catecismo da Igreja Católica;

b) *conhecimento adequado da realidade*, sem aceitar o puro empirismo e nem as falsas certezas. Seria útil que cada evangelizador ou comunidade conhecesse de maneira concreta pessoas e grupos aos quais se dirige: que inquietações sentem; que instâncias congregam as pessoas e influenciam suas vidas; como encarnam os valores evangélicos (gratuidade, solidariedade, fé, perdão, partilha, entrega da vida, ...); como expressam sua experiência religiosa...;

c) *capacidade de comunicar*, tanto em nível pessoal como através dos meios, sempre mais numerosos, que a cultura atual põe a disposição dos evangelizadores;

d) *capacidade de avaliar e mudar*, para poder medir os efeitos da ação evangelizadora e reorientar os rumos, quando oportuno.

298. Além disso, é preciso que a formação dos evangelizadores satisfaça às exigências específicas de cada categoria do Povo de Deus.

299. Com relação aos conteúdos e métodos da formação específica, será preciso distinguir grupos diferentes segundo as situações pessoais, a participação na Igreja, a função na sociedade. Para isso, a Igreja Particular procurará: contar com a orientação de especialistas experientes; valer-se dos meios humanos adequados, inclusive daqueles oferecidos pelas ciências sociais; criar adequados organismos de estudo e pesquisa; realizar maiores investimentos, inclusive financeiros, na formação de lideranças; retomar, com novo vigor, a formação nos movimentos de juventude.

300. Um programa de formação sistemática, tendo por objetivo o revigoramento da fé e do testemunho de todos os fiéis católicos, foi promovido, conforme orientações da Assembléia dos Bispos, com base nas sugestões do Papa João Paulo II, para a preparação do Jubileu do ano 2000. Ele deverá ter continuidade, após os Jubileu do ano 2000, em novos programas, que levem em conta as experiências bem sucedidas, particularmente no campo bíblico-catequético e litúrgico.

316. A ação evangelizadora dos leigos implica no aprofundamento de sua identidade e missão específica, através de uma adequada *formação*, assim como na sua articulação e organização em Conselhos. Entre os critérios da formação, o Papa destaca: “Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele campo”.

317. Concretamente, é oportuno que a formação dos leigos:

a) seja programada e sistemática, não apenas ocasional;

b) ligue o aspecto antropológico e o teológico, não sendo apenas uma reprodução empobrecida da teologia dos seminários;

c) seja integrada e tenha como ponto de partida os problemas e perguntas dos leigos, oferecendo-lhes respostas para uma presença cristã no mundo;

d) seja orientada predominantemente para a atuação nas transformações sociais, onde o testemunho dos leigos é especialmente qualificado;

e) desenvolva especialmente a capacidade de comunicação e diálogo, aprimorando o relacionamento humano;

f) seja diversificada e, nos seus métodos, tempos e conteúdos, seja adaptada à diversidade de situações e tarefas dos cristãos leigos. Especial atenção merece a formação dos cristãos que atuam no campo da vida pública e política.

318. É preciso ajudar os leigos na busca de uma *espiritualidade autenticamente evangélica e missionária*, que supere o mero devocionismo, para sustentá-los em sua atuação humana e cristã na família, no trabalho, na sociedade, na vida quotidiana e nas diversas formas de apostolado e evangelização. A espiritualidade dos leigos alimenta-se nas fontes de toda espiritualidade cristã: a Palavra, a Liturgia, a Comunhão eclesial. Mas ela procura especialmente a união da fé e da vida. Os leigos encontram-se num lugar central no diálogo entre Deus e o mundo. Daí que a união com Deus, a oração, a vivência comunitária e o compromisso no mundo como serviço, diálogo e anúncio revestem-se para os leigos de um acento especial”.

Nota:11

PRNM, 186: “Nestas atividades de formação, é imprescindível visar ao “efeito multiplicador”, de modo que os novos evangelizadores possam, por sua vez, suscitar e formar outros agentes da evangelização”.

Nota:12

cf. **Comunicado Mensal, n.510, de Abril, 1997, p.704:** “1. Haverá duas campanhas, com sua respectivas coletas: uma no tempo da Quaresma e outra no tempo de Advento.

2. A Campanha da Quaresma ou coleta da Campanha da Fraternidade, se destinará a ações sociais da Igreja, sendo uma porcentagem para a Diocese e outra para a constituição de um fundo nacional de solidariedade.

3. A Campanha-coleta a ser realizada no tempo de Advento será destinada à evangelização e manutenção das necessidades da Igreja nos níveis diocesano, regional e nacional.

4. O processo de implantação das duas Campanhas-coletas será encaminhado pela presidência e a CEP, de forma gradativa, dando tempo suficiente para os necessários ajustes entre as duas e para a mentalização e envolvimento de todos neste processo.

5. Serão mantidas as atuais contribuições da CF para a CNBB nacional e regional até que a nova Campanha-coleta de Advento venha a atender suficientemente as necessidades destes dois níveis”.

Nota:13

Coletão “Documentos da CNBB”, n.55, São Paulo, Paulinas 1995.

Nota:14

Christifideles Laici, n. 23: “A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição batismal e da sua vocação específica, na medida própria de cada um, participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo.

Por isso, os pastores devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos fiéis leigos, que têm o seu fundamento sacramental no Batismo e na Confirmação, bem como, para muitos deles, no Matrimônio.

E, quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir, os pastores podem, segundo as normas estabelecidas pelo direito universal, confiar aos fiéis leigos certos ofícios e certas funções que, embora ligadas ao seu próprio ministério de pastores, não exigem, contudo, o caráter da Ordem. O Código de Direito Canônico escreve: “Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como os de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Batismo e distribuir a Sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito”. Todavia, o exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no seu sacerdócio eterno. A tarefa que se exerce como suplente recebe a sua legitimidade, formal e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direção da autoridade eclesiástica.

A recente assembléia sinodal perspectivou um vasto e significativo panorama da situação eclesial acerca dos ministérios, ofícios e funções dos batizados. Os padres manifestaram vivo apreço pelo notável contributo apostólico dos fiéis leigos, homens e mulheres, pelos seus carismas e por toda a sua ação em favor da evangelização, da santificação e da animação cristã das realidades temporais. Ao mesmo tempo, foi muito apreciado o seu serviço ordinário nas comunidade eclesiais e a sua generosa disponibilidade para a suplência em situações de emergência e de necessidades crônicas.

Na seqüência da renovação litúrgica promovida pelo Concílio, os próprios fiéis leigos, tomando mais viva consciência das tarefas que lhes pertencem na assembléia litúrgica e na sua preparação, tornaram-se largamente disponíveis no seu desempenho: a celebração litúrgica, com efeito, é uma ação sagrada, não só do clero, mas de toda a assembléia. É, portanto, natural que as tarefas que não são exclusivas dos ministros ordenados sejam desempenhadas pelos fiéis leigos. Torna-se assim espontânea a passagem de um efetivo envolvimento dos fiéis leigos na ação litúrgica para o anúncio da Palavra de Deus e para a cura pastoral.

Na mesma assembléia sinodal, porém, não faltaram, ao lado dos positivos, pareceres críticos sobre o uso indiscriminado do termo “ministério”, a confusão e o nivelamento entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, a pouca observância de leis e normas eclesiásticas, a interpretação arbitrária do conceito de “suplência”, uma certa tolerância por parte da própria autoridade legítima, a “clericalização” dos fiéis leigos e o risco de se criar de fato uma estrutura eclesial de serviço, paralela à fundada no sacramento da Ordem.

Precisamente para obviar tais perigos, os padres sinodais insistiram na necessidade de serem expressas com clareza, até na própria terminologia, quer a unidade de missão da Igreja, de que participam todos os batizados, quer a diversidade substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com ou outros ofícios e as outras funções eclesiais, radicados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação.

É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis “situações de emergência” ou de “necessária suplência”, onde objetivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da Igreja deverão ser exercidos em conformidade com a sua específica vocação laical, diferente da dos ministros sagrados. Nesse sentido, a Exortação Evangelii nuntiandi, que teve tanto e tão benéfico mérito em estimular a diversificada colaboração dos fiéis leigos na vida e na missão evangelizadora da Igreja, lembra que “o campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos “mass-media” e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quantos mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente com as mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfíxiada, tanto mais essas realidades, sem nada perderem ou sacrificarem do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo”.

Durante os trabalhos do Sínodo, os padres dedicaram bastante atenção ao leitorado e ao acolitado. Enquanto, no passado, eles existiam na Igreja Latina apenas como etapas espirituais do itinerário para os ministérios ordenados, com o Motu Próprio de Paulo VI, Ministeria quaedam (15 de agosto de 1972), eles adquiriram uma própria autonomia e estabilidade, bem como uma sua possível destinação aos próprios fiéis leigos, se bem que exclusivamente para os homens. No mesmo sentido se expressou o novo Código de Direito Canônico. Agora, os padres sinodais manifestaram o desejo de que “o Motu Próprio Ministeria quaedam fosse revisto, tendo em conta o uso das Igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério”.

Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão, não só para responder a este desejo manifestado pelos padres sinodais, mas também e ainda mais para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos.

Esperando que a Comissão conclua o seu estudo, para que a praxe eclesial dos ministérios confiados aos fiéis leigos resulte ordenada e frutuosa, deverão ser fielmente respeitados por todas as Igrejas particulares os princípios teológicos atrás recordados, em particular a diversidade essencial entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum e, conseqüentemente, a diversidade entre os ministérios derivados do sacramento da Ordem e os ministérios derivados dos sacramentos do Batismo e da Confirmação”.

Nota:15

EA, n. 44: “A doutrina do Concílio Vaticano II sobre a unidade da Igreja, como Povo de Deus reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, destaca que são comuns à dignidade de todos os batizados a imitação e o seguimento de Cristo, a comunhão recíproca e o mandato missionário. É necessário, portanto, que

os fiéis leigos se conscientizem de sua dignidade de batizados. Por seu lado, os Pastores tenham profunda estima «do testemunho e da ação evangelizadora dos leigos que, inseridos no Povo de Deus com espiritualidade de comunhão, conduzem os irmãos ao encontro com Jesus Cristo vivo. A renovação da Igreja na América não será possível sem a presença ativa dos leigos. Por isso, lhes compete, em grande parte, a responsabilidade do futuro da Igreja».

Duplo é o âmbito em que se realiza a vocação dos fiéis leigos. O primeiro, e mais condizente com o seu estado laical, é o das realidades temporais, que são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus. «De fato, com seu peculiar modo de agir, o Evangelho é levado dentro das estruturas do mundo e, agindo em toda parte santamente, consagram a Deus o próprio mundo». Graças aos fiéis leigos, «a presença e a missão da Igreja no mundo se realiza, de modo especial, na variedade dos carismas e ministérios que possui o laicato. A secularidade é a nota característica e própria do leigo e da sua espiritualidade, que o leva a agir nos vários âmbitos da vida familiar, social, profissional, cultural e política, em vista da sua evangelização. Num Continente em que convivem a competição e a agressividade, o consumo desenfreado e a corrupção, os leigos são chamados a encarnar valores profundamente evangélicos como a misericórdia, o perdão, a honestidade, a transparência de coração e a paciência nas situações difíceis. Dos leigos espera-se uma grande força criadora em gestos e obras que manifestem uma vida coerente com o Evangelho».

A América necessita de cristãos leigos em grau de assumir cargos de dirigentes na sociedade. É urgente formar homens e mulheres capazes de influir, segundo a própria vocação, na vida pública, orientando-a para o bem comum. No exercício da política, considerada no seu sentido mais nobre e autêntico de administração do bem comum, aqueles podem encontrar o caminho da própria santificação. Em vista disso, é necessário que sejam formados quer nos princípios e nos valores da doutrina social da Igreja, quer nas noções fundamentais da teologia do laicato. O conhecimento mais profundo dos princípios éticos e dos valores morais cristãos lhes permitirá tornar-se paladinos no seu ambiente, proclamando-os inclusive em relação à assim chamada «neutralidade do Estado».

Um segundo âmbito no qual muitos fiéis leigos são chamados a trabalhar é aquele que se poderia definir «intra-ecclesial». São muitos os leigos na América que nutrem a legítima aspiração de contribuir com os seus talentos e carismas «na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitantes de enfermos ou de detentos, animadores de grupos etc.». Os Padres Sinodais fizeram votos de que a Igreja reconheça algumas dessas tarefas como ministérios laicais, baseados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, ressalvada porém a especificidade própria dos ministérios do Sacramento da Ordem. Trata-se de um tema vasto e complexo para cujo estudo, já há algum tempo, constitui uma específica Comissão, e sobre o qual os Organismos da Santa Sé têm vindo aos poucos oferecendo algumas diretrizes. É necessário promover a profícua colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres, bem preparados nas diversas atividades dentro da Igreja, evitando, contudo, que haja confusão com os ministérios ordenados e com as ações próprias do sacramento da Ordem, para distinguir claramente o sacerdócio comum dos fiéis daquele ministerial.

A esse propósito, os Padres Sinodais sugeriram que as tarefas confiadas aos leigos sejam bem «diferenciadas das que constituem etapas em direção ao ministério ordenado», e que os candidatos ao sacerdócio recebem antes do Presbiterado. Foi também observado que tais tarefas laicais «não devem ser conferidas a não ser a pessoas, homens ou mulheres, que receberam a formação requerida, segundo critérios precisos: uma certa constância, uma disponibilidade real em relação a um determinado grupo de pessoas, a obrigação de prestar contas ao próprio Pastor». De qualquer forma, mesmo devendo-se estimular o apostolado intra-ecclesial, é preciso que este coexista com a atividade própria dos leigos, em que eles não podem ser substituídos pelos sacerdotes, isto é, o campo das realidades temporais”.

Nota:16

EN, n. 70: “Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente das mais variadas tarefas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial - esse é o papel específico dos Pastores - mas sim, pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como seja, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfíxiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

Nota:17

cf. **RMi, n. 83:** “A formação missionária é obra da Igreja local, com a ajuda dos missionários e de seus Institutos, bem como dos cristãos das jovens Igrejas. Este trabalho não deve ser visto como marginal, mas central na vida cristã. Mesmo para a “nova evangelização” dos povos cristãos, o tema missionário pode ser de grande proveito: o testemunho dos missionários mantém, efetivamente, seu fascínio sobre os que se afastaram e os descrentes, e transmite valores cristãos. As Igrejas locais, pois, insiram a animação missionária, como elemento fulcral, na pastoral ordinária das dioceses e paróquias, das associações e grupos, especialmente juvenis.

Para este fim serve, antes de mais nada, a informação, através da imprensa missionária e dos vários subsídios audiovisuais. Seu papel é extremamente importante, enquanto dão a conhecer a vida da Igreja, a palavra e as experiências dos missionários e das Igrejas locais, junto daqueles para quem trabalham. É necessário, pois, que nas Igrejas mais novas, as quais ainda não podem possuir um serviço de imprensa e outros subsídios, a iniciativa seja assumida pelos Institutos missionários que, para tal, dedicarão o pessoal e meios necessários.

Para tal formação estão chamados os sacerdotes e seus colaboradores pastorais, os educadores e professores, os teólogos, especialmente aqueles que ensinam nos seminários e nos centros para leigos. O ensino teológico não pode nem deve prescindir da missão universal da Igreja, do ecumenismo, do estudo das grandes religiões e da missionologia. Recomendo que, sobretudo nos seminários e nas casas de formação para religiosos e religiosas, se faça tal estudo, procurando, também, que alguns sacerdotes, ou alunos e alunas, se especializem nos diversos campos das ciências missiológicas.

As atividades de formação sejam sempre orientadas para seus fins específicos: informar e formar o Povo de Deus para a missão universal da Igreja, fazer nascer vocações ad gentes, suscitar cooperação para a evangelização. Não podemos, de fato, dar uma imagem que reduz a atividade missionária, como se esta fosse principalmente auxílio aos pobres, contributo para a libertação dos oprimidos, promoção do desenvolvimento, defesa dos direitos humanos. A Igreja missionária está empenhada também nestas frentes. Porém, sua tarefa primeira é outra: os pobres têm fome de Deus, e não apenas de pão e de liberdade, devendo a atividade missionária testemunhar e anunciar, antes de mais nada, a salvação em Cristo, fundando as Igrejas locais que serão, depois, instrumento de libertação integral”.

Nota:18

cf. **RMi, n. 83**: “A formação missionária é obra da Igreja local, com a ajuda dos missionários e de seus Institutos, bem como dos cristãos das jovens Igrejas. Este trabalho não deve ser visto como marginal, mas central na vida cristã. Mesmo para a “nova evangelização” dos povos cristãos, o tema missionário pode ser de grande proveito: o testemunho dos missionários mantém, efetivamente, seu fascínio sobre os que se afastaram e os descrentes, e transmite valores cristãos. As Igrejas locais, pois, insiram a animação missionária, como elemento fulcral, na pastoral ordinária das dioceses e paróquias, das associações e grupos, especialmente juvenis.

Para este fim serve, antes de mais nada, a informação, através da imprensa missionária e dos vários subsídios audiovisuais. Seu papel é extremamente importante, enquanto dão a conhecer a vida da Igreja, a palavra e as experiências dos missionários e das Igrejas locais, junto daqueles para quem trabalham. É necessário, pois, que nas Igrejas mais novas, as quais ainda não podem possuir um serviço de imprensa e outros subsídios, a iniciativa seja assumida pelos Institutos missionários que, para tal, dedicarão o pessoal e meios necessários.

Para tal formação estão chamados os sacerdotes e seus colaboradores pastorais, os educadores e professores, os teólogos, especialmente aqueles que ensinam nos seminários e nos centros para leigos. O ensino teológico não pode nem deve prescindir da missão universal da Igreja, do ecumenismo, do estudo das grandes religiões e da missionologia. Recomendo que, sobretudo nos seminários e nas casas de formação para religiosos e religiosas, se faça tal estudo, procurando, também, que alguns sacerdotes, ou alunos e alunas, se especializem nos diversos campos das ciências missiológicas.

As atividades de formação sejam sempre orientadas para seus fins específicos: informar e formar o Povo de Deus para a missão universal da Igreja, fazer nascer vocações ad gentes, suscitar cooperação para a evangelização. Não podemos, de fato, dar uma imagem que reduz a atividade missionária, como se esta fosse principalmente auxílio aos pobres, contributo para a libertação dos oprimidos, promoção do desenvolvimento, defesa dos direitos humanos. A Igreja missionária está empenhada também nestas frentes. Porém, sua tarefa primeira é outra: os pobres têm fome de Deus, e não apenas de pão e de liberdade, devendo a atividade missionária testemunhar e anunciar, antes de mais nada, a salvação em Cristo, fundando as Igrejas locais que serão, depois, instrumento de libertação integral”.

Nota:19

A Missão “além-fronteiras”, pela complexidade de sua própria natureza e execução, exige uma *formação cuidadosa* de seus agentes e uma *organização* capaz de garantir a continuidade. As iniciativas missionárias devem fazer parte de um programa orgânico, coordenado com o apoio dos organismos da CNBB, da CRB e das Pontifícias Obras Missionárias. É desejável que se dêem novos passos para concretizar um Centro Missionário Nacional, para estudos e formação permanente, e um Instituto Brasileiro de Missões ‘além-fronteiras”.

Nota:20

cf. **DGAE, Documentos da CNBB 61, n. 262**: “A primeira urgência da atuação da Igreja em ordem à fé dos fiéis é oferecer-lhes a real possibilidade de descobrir e percorrer o *roteiro da iniciação cristã* – a experiência do seguimento de Cristo – adequada à idade e maturidade pessoal. A urgência tornou-se maior para boa parte das novas gerações, porque em nossa sociedade muitas famílias não sabem ou não querem propiciar a educação na fé. No contexto atual de pluralismo religioso e de confusão das informações, é extremamente importante que a Igreja ofereça algo semelhante ao antigo catecumenato para a educação na fé e a experiência do seguimento de Cristo. Promovam-se formas renovadas de catequese, articuladas com a vida, inculturadas no presente, não reduzidas à mera transmissão de noções formuladas em linguagem pouco significativa. Essas formas devem ser procuradas, aperfeiçoadas e difundidas hoje. A catequese, como a definiu o Santo Padre, “é uma dimensão essencial da nova evangelização. ‘A catequese é um itinerário de formação na fé, na esperança e na caridade, que forma a mente e toca o coração, levando a pessoa a abraçar Cristo de modo pleno e completo. Introduce o crente mais plenamente na experiência da vida cristã, que inclui a celebração litúrgica do mistério da redenção e o serviço cristão aos outros”.

Nota:21

SC, n.10: “Mas a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força. Os trabalhos apostólicos visam a que todos, como filhos de Deus, pela fé e pelo batismo, se reúnam para louvar a Deus na Igreja, participar do sacrifício e da ceia do Senhor.

A liturgia também leva os fiéis a serem unânimes na piedade, depois de participarem dos sacramentos pascais, para que na vida conservem o que receberam na fé. A liturgia renova e aprofunda a aliança do Senhor com os homens, na eucaristia, fazendo-os arder no amor de Cristo. Dela, pois, especialmente da eucaristia, como de uma fonte, derrama-se sobre nós a graça e brota com soberana eficácia a santidade em Cristo e a glória de Deus, fim para o qual tudo tende na Igreja”.

Nota:22

DSD, 35: “O serviço litúrgico, assim realizado na Igreja, tem, por si mesmo, um valor evangelizador que a Nova Evangelização deve situar em lugar de grande destaque. Na liturgia Cristo Salvador se faz presente hoje. A liturgia é o anúncio e realização dos feitos salvíficos (cf. SC 6) que nos chegam a tocar sacramentalmente;

por isso, convoca, celebra e envia. É exercício da fé, útil tanto para quem tem uma fé robusta como para quem a tem débil, e inclusive para o não-crente (cf. 1Cor 14,24-25). Sustenta o compromisso com a promoção humana, enquanto orienta os fiéis a assumir sua responsabilidade na construção do Reino, “para que se ponha de manifesto que os fiéis cristãos, sem ser deste mundo, são a luz do mundo” (SC 9). A celebração não pode ser algo separado ou paralelo à vida (cf. 1Po 1,15). Por último, é especialmente pela liturgia que o Evangelho penetra no coração das culturas. Toda a cerimônia litúrgica de cada sacramento tem também um valor pedagógico; a linguagem dos signos é o melhor veículo para que “a mensagem de Cristo penetre nas consciências das pessoas e (daí) se projete no ethos de um povo, em suas atitudes vitais, em suas instituições e em todas as suas estruturas” (João Paulo II, Discurso Inaugural, 20 e; cf. João Paulo II, Discurso aos intelectuais, Medellín, 5 de julho de 1986, 2). Por isso, as formas da celebração litúrgica devem ser aptas para expressar o mistério que se celebra e, por sua vez, ser claras e inteligíveis para os homens e mulheres (João Paulo II, Discurso à UNESCO, 2 de junho de 1980, 6”).

Nota:23

UR, 1: “Promover a reintegração de todos os cristãos na unidade é um dos principais objetivos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Embora a Igreja tenha sido fundada por Cristo como única, diversas comunhões cristãs se propõem hoje como a verdadeira herança de Jesus Cristo. Todos se dizem discípulos do Senhor, mas têm sentimentos diversos e seguem caminhos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. Essas divisões, evidentemente, contrariam a vontade de Cristo, são um escândalo para o mundo e prejudicam enormemente a pregação do Evangelho a toda a criatura.

Sábria e pacientemente, o Senhor dos séculos persegue os objetivos de sua graça. Ultimamente começou a provocar com maior intensidade, entre os cristãos separados, a dor espiritual pelas separações e o ardente desejo de se unirem. Um número cada vez maior de pessoas foi tocado por essa graça. Surgiu assim, entre os irmãos separados, por inspiração do Espírito Santo, um movimento em favor da restauração da unidade entre todos os cristãos. Desse movimento em prol da unidade, denominado ecumênico, participam todos os que invocam o Deus Trino, confessam que Jesus é Senhor e Salvador, não de cada um de nós em separado, mas das comunidades em que estamos reunidos, em que se ouve o Evangelho, nossa Igreja e de Deus. Embora de maneiras diversas, quase todos aspiram a uma Igreja una, visível, universal de fato, enviada a todo o mundo para que o mundo se converta ao Evangelho e assim seja salvo, para a glória de Deus.

Alegrando-se com tudo isso, o concílio, depois de declarar a doutrina da Igreja, movido pelo desejo de restaurar a unidade entre todos os discípulos de Cristo, decidiu propor a todos os católicos subsídios, caminhos e maneiras de agir para que também eles, por vocação divina, possam corresponder a essa graça”.

Nota:24

cf. **UR, 10:** “O ensino da sagrada teologia e das outras disciplinas, especialmente da história, deve ser ministrado numa perspectiva ecumênica, de maneira a corresponder melhor à verdade dos fatos.

É de especial importância que os futuros pastores e sacerdotes conheçam a teologia assim elaborada, sem polêmica, especialmente no que diz respeito às relações entre os irmãos separados e a Igreja católica.

Da formação dos sacerdotes depende enormemente a formação doutrinária e espiritual dos fiéis e dos religiosos.

Até os missionários, trabalhando na mesma região que outros cristãos, precisam hoje conhecer as questões relativas ao ecumenismo que surgem de seu próprio apostolado e os frutos que delas podem tirar”.

Nota:25

DGAE, doc. 61, n. 243: “Os meios de comunicação de massa são dominados, na grande maioria, por interesses econômicos e por uma mentalidade “secularista”. A Igreja mantém, com seus fiéis, uma boa comunicação em nível interpessoal. Goza também de grande estima na opinião pública. Mas a presença da Igreja nos meios de comunicação ainda é insuficiente, apesar dos notáveis progressos conseguidos nos últimos anos, e o tratamento que deles recebe é ambíguo. É necessário continuar na busca de soluções realistas e eficazes. Devemos interrogar-nos sobre nossa própria *linguagem*, que conserva traços de uma cultura em grande parte alheia à modernidade e que está sobrecarregada de elementos secundários, relevantes em outras épocas, mas cujo acúmulo hoje arrisca fazer perder de vista o essencial e dificultar a comunicação”.

Nota:26

cf. **EA, n.72:** “Para a eficácia da nova evangelização, é fundamental um profundo conhecimento da cultura atual, na qual têm grande influência os meios de comunicação social. Por isso, é indispensável conhecer e servir-se desses meios, tanto nas suas formas tradicionais como nas formas introduzidas mais recentemente pelo progresso tecnológico. A realidade atual requer que se saiba dominar a linguagem, a natureza e as características da mídia. Utilizando-os de maneira correta e competente, pode-se levar a termo uma autêntica inculturação do Evangelho. Por outro lado, estes mesmos meios contribuem para modelar a cultura e a mentalidade dos homens e mulheres do nosso tempo, pelo que os agentes no campo dos instrumentos de comunicação social devem ser destinatários de uma especial ação pastoral.

A esse respeito, os Padres Sinodais apontaram numerosas iniciativas concretas para uma presença eficaz do Evangelho no mundo dos meios de comunicação social: a formação de agentes pastorais para esse âmbito; o incremento de centros de produção qualificada; o uso prudente e atento de satélites e das novas tecnologias; a formação dos fiéis para que sejam usuários «críticos»; a união de esforços para adquirir e depois gerir em conjunto novas emissoras e redes televisivas, e também para coordenar as que já existem. Quanto às publicações católicas, estas merecem ser apoiadas e têm necessidade de alcançar, como desejado, um progresso qualitativo.

É preciso animar os empresários para apoiarem economicamente os produtos de qualidade que promovem os valores humanos e cristãos. Mas, um programa tão vasto supera amplamente as possibilidades de cada uma das Igrejas particulares do Continente americano. Por isso, os Padres Sinodais propuseram a coordenação inter-americana das atividades existentes no campo dos meios de comunicação social, que ajude ao recíproco conhecimento e cooperação nas realidades já em ato no setor”.

Nota:27

DGAE Documentos da CNBB, n.61, n. 244: “Outro questionamento inevitável origina-se da reivindicação moderna da *liberdade de informação, da democratização do acesso aos meios de comunicação*, da formação da consciência crítica, da exigência de veracidade e transparência. É desejável que haja uma *presença católica*

mais coordenada e eficaz nos grandes meios de comunicação. No Brasil, a presença de instituições religiosas é forte no campo das editoras e do rádio. Em áreas onde a presença é mais fraca, é preciso criatividade para desenvolver atividades compatíveis com a escassez de recursos financeiros (programas televisivos específicos, agência de notícias etc.). Além disso, o desenvolvimento tecnológico facilita a cooperação (criação de redes) e a *multiplicação de pequenas iniciativas locais*, onde Dioceses, paróquias, congregações ou movimentos podem produzir informativos, subsídios didáticos e catequéticos, especialmente vídeos, atividades alternativas de formação da consciência crítica, visando aperfeiçoar gradativamente a tecnologia, a pedagogia e o conteúdo evangelizador. As Igrejas Particulares precisam investir na *formação de comunicadores* de inspiração cristã, com boa preparação profissional e pastoral, e na própria ação pastoral junto aos comunicadores em geral".

Nota:28

DGAE, Documentos da CNBB 61, n. 90: "A inculturação, na verdade, deve ser compreendida em analogia com a encarnação. Na encarnação, o Filho de Deus vem desde o Pai e se insere na história humana, partilhando da sua fragilidade, marcada pelo sofrimento, pelo pecado e pela morte, assumindo-a para redimi-la. Na inculturação, o evangelizador parte do Evangelho assimilado em sua própria cultura. A comunicação do Evangelho se dá no interior de um diálogo intercultural entre o evangelizador e o sujeito histórico da cultura. Acolhendo a fé, ele se torna também sujeito da evangelização inculturada. Esse diálogo enriquece tanto o evangelizador quanto o evangelizado, num intercâmbio e numa interação enriquecedora. Por outro lado, a cultura que acolhe o Evangelho é redimida e purificada, num processo pascal de morte para seus aspectos negativos, provenientes do pecado. Desse processo surge uma cultura renovada pelo sopro de Pentecostes para uma nova e mais plena forma de realização humana.

No intercâmbio, o que se transmite fundamentalmente é a *fé*. Não é uma idéia abstrata, mas a certeza de que Deus está presente e atua em cada cultura".

Nota:29

cf. **Lei n.9475, de 22 de julho de 1997.** Dá nova redação ao Art. 33 da Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 33 da Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. *O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.*

Parágrafo 1º *Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.*

Parágrafo 2º *Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso".*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1997, 176º da Independência e 109º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Paulo Renato Souza

Publicado no Diário Oficial da União do dia 23/07/97".

Nota:30

cf. **EA, n. 64:** "Se a Igreja na América, fiel ao Evangelho de Cristo, pensa percorrer o caminho da solidariedade, deve dedicar uma especial atenção àquelas comunidades étnicas que são, ainda hoje, objeto de injustas discriminações. De fato, é preciso extirpar toda tentativa de marginalização das populações indígenas. O que supõe, em primeiro lugar, que se devem respeitar seus territórios e os pactos com elas estabelecidos; da mesma forma, há que responder às suas legítimas necessidades sociais, sanitárias e culturais. Como é possível esquecer a exigência de reconciliação entre os povos indígenas e as sociedades onde vivem?

Desejaria lembrar aqui que também os americanos de origem africana continuam sofrendo, em alguns lugares, preconceitos étnicos, que constituem, para eles, um sério obstáculo para encontrar a Cristo. Tendo em vista que toda pessoa, de qualquer raça e condição, foi criada por Deus à sua imagem, sejam promovidos planos concretos, em que não deve faltar a oração comunitária, que favoreçam a compreensão e a reconciliação entre povos diferentes, constituindo pontes de amor cristão, de paz e de justiça entre todos os homens.

Para alcançar estes objetivos é indispensável formar agentes pastorais competentes, capazes de fazer uso de métodos já legitimamente «inculturados» na catequese e na liturgia, evitando sincretismos que se apóiem numa exposição parcial da genuína doutrina cristã. Igualmente obter-se-á mais facilmente um número adequado de Pastores que desempenhem a própria atividade entre os indígenas, se houver a preocupação de promover vocações para o sacerdócio e para a vida consagrada entre estes povos".

Nota:31

cf. **Jo 10,10:** "O ladrão só vem para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância".

Nota:32

cf. **Puebla, n. 85:** "Desde a I Conferência Geral do Episcopado, realizada no Rio de Janeiro, em 1955, e que deu origem ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), e, ainda com mais vigor, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, a Igreja tem conquistado paulatinamente a consciência cada vez mais clara e profunda de que a evangelização é sua missão fundamental e de que não é possível o seu cumprimento sem que se faça o esforço permanente para reconhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã ao homem de hoje, dinâmica, atraente e convincentemente".